



## ATA DA 46ª REUNIÃO PLENÁRIA

### CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

#### 1. LOCAL, DATA, HORA

Salão Oeste, Palácio do Planalto, Brasília/DF, dia 07 de março de 2017, 9h.

#### 2. REGISTRO DE PRESENCAS

**Conselheiros:** Alcione de Albanesi; Ana Maria Machado; Ana Maria Malik; Andréia Pinto; Anielle Guedes; Anna Chiesa; Ariovaldo Rocha; Armando Castelar; Armando Valle; Betania Tanure; Carlos Aguiar; Chieko Aoki; Claudia Sender; Claudio Lottenberg; Clemente Ganz Lucio; Dan Ioschpe; Deusmar Queirós; Dorothea Werneck; Eduardo Navarro; Eliana Calmon; Elizabeth de Carvalhaes; Eraí Maggi; Fabio Coelho; Fernando de Castro Marques; Gaudêncio Torquato; George Teixeira; Germano Rigotto; Gilberto Peralta; Gisela Batista; Guilherme Afif Domingos; Helena Nader; Humberto Mota; Jackson Schneider; Janete Vaz; João Carlos Di Genio; João Carlos Marchesan; João Gonçalves (Juruna); João Martins; Joel Malucelli; Jorge Abrahão; Jorge Gerdau; José Carlos R. Martins; José Félix; José Márcio Camargo; Jose Roberto Afonso; José Vicente; Josue C. Gomes da Silva; Laércio Cosentino; Leila Velez; Lia Hasenclever; Lino de Macedo; Luiz Carlos M. Barros; Luiz Carlos Trabuco; Luiz Moan; Luiza Helena Trajano; Luzia Laffite; Marcos De Marchi; Marcos Molina; Marcus Vinicius Coêlho; Maria Berenice Dias; Marie Anne Van Sluys; Marina Cançado; Marina Grossi; Murillo de Aragão; Nelson Narciso; Nizan Guanaes; Paula Bellizia; Paulo Skaf; Pedro Passos; Pedro Wongtschowski; Rachel Maia; Reginaldo Arcuri; Renata Vilhena; Renato Alves Vale; Ricardo Morishita; Ricardo Patah; Roberto Rodrigues; Roberto Setubal; Robson Andrade; Rosemarie Bröker Bone; Rubens Ometto; Ruth Monteiro; Sérgio Agapito Lires Rial; Sergio Paulo Gallindo; Sonia Guimarães; Viviane Senna; Zeina Latif.

**Parlamentares, Ministros, Secretários-Executivos e demais autoridades:** Senador Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal; Deputado Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados; Deputado Aguinaldo Ribeiro, Líder do Governo na Câmara dos Deputados; Senador Romero Jucá, Líder do Governo no Senado Federal; Antonio José Imbassahy da Silva, Ministro-Chefe da Secretaria de Governo; Blairo Borges Maggi, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Bruno Cavalcanti de Araújo, Ministro das Cidades; Dyogo Henrique de Oliveira, Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Gilberto Kassab, Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Grace Maria Fernandes Mendonça, Advogada-Geral da União; Helder Zahluth Barbalho, Ministro da Integração

Nacional; Henrique de Campos Meirelles, Ministro da Fazenda; José Mendonça Bezerra Filho, Ministro da Educação; José Sarney Filho, Ministro do Meio Ambiente; Luislinda Dias de Valois Santos, Ministra dos Direitos Humanos; Marcos Antonio Pereira, Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Marcos Bezerra Abbott Galvão, Ministro das Relações Exteriores (em exercício); Marx Beltrão Lima Siqueira, Ministro do Turismo; Maurício Quintella Malta Lessa, Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil; Osmar Gasparini Terra, Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário; Paulo Pedrosa, Ministro de Minas e Energia (em exercício); Ricardo José Magalhães Barros, Ministro da Saúde; Roberto João Pereira Freire, Ministro da Cultura; Sérgio Westphalen Etchegoyen, Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional; Alberto Beltrame, Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; Antônio Correia de Almeida, Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho; Elton Santa Fé Zacarias, Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Eumar Novacki, Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Marcos Jorge de Lima, Secretário-Executivo do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Maria Helena Guimarães de Castro, Secretária-Executiva do Ministério da Educação; Agnaldo Moraes da Silva, Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal; Carlos Mussi, Diretor do Escritório da CEPAL no Brasil; Ernesto Lozardo, Presidente do IPEA; Fabian Bornhorst, Representante do FMI no Brasil; Francisco Gaetani, Presidente da ENAP; Gary Lee Stahl, Representante do UNICEF no Brasil; Henrique Marques da Cruz, Presidente da CEF; Hugo Florez Timoran, Representante do BID no Brasil; Ilan Goldfajn, Presidente do Banco Central do Brasil; Lucien André Muñoz, Representante da UNESCO no Brasil; Maria Silva Bastos Marques, Presidente do BNDES; Martin Carl Heinrich Raiser, Diretor para o Brasil do BIRD; Niky Fabiancic, Representante Residente do PNUD no Brasil; Paulo Rogério Caffarelli, Presidente do Banco do Brasil; Pedro Parente, Presidente da Petrobrás; Peter Poschen, Diretor do Escritório da OIT no Brasil; Roberto Jaguaribe, Presidente da APEX; Valmisony Jardim, Presidente da Anater.

### **3. COMPOSIÇÃO DA MESA**

Presidente da República Federativa do Brasil, Michel Temer; Presidente do Senado Federal, Senador Eunício Oliveira; Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia; Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles; Secretário-Executivo da Casa Civil, Daniel Sigelmann; Secretária da Secretaria do CDES, Patricia Audi.

### **4. CONVOCAÇÃO**

A reunião foi convocada conforme determina o art. 6º do Decreto 8.887, de 24 de outubro de 2016, via e-mails e telefonemas aos membros do Conselho.

### **5. INFORMES E EXPOSIÇÃO**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE MICHEL TEMER (Presidente da República Federativa do Brasil – Presidência da República):** Quero cumprimentar o senador Eunício Oliveira, presidente do Senado Federal, o deputado federal Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, indicando desde já essa extraordinária interação entre o Legislativo e o Executivo. Ou seja, estamos todos, os poderes do Estado, preocupados, juntamente com a sociedade civil que aqui se acha, preocupados em reequacionar o nosso país e levá-lo adiante, como ele merece e como sempre aconteceu ao longo do tempo. Quero também

cumprimentar os ministros Henrique Meirelles, Marcos Galvão, Daniel Sigelmann, Maurício Quintella, Blairo Maggi, eu vou ler o nome dos ministros para verificar que o governo todo está presente. Mendonça Filho, Roberto Freire, Osmar Terra, Ricardo Barros, Marcos Pereira, Paulo Pedrosa, Dyogo Oliveira, Gilberto Kassab, José Sarney Filho, Marx Beltrão, Luislinda Valois, Antônio Imbassahy, Sérgio Etchegoyen, Grace Maria Fernandes Mendonça, José Henrique Marques, presidente em exercício da Caixa Econômica Federal, a senhora Maria Silvia Marques, presidente do BNDES, mas, especialmente, cumprimentar a todos os senhores e as senhoras. O senador Eunício Oliveira estava me dizendo: mas que cenário bonito. Eu disse: você verá depois quando surgirem as ideias que foram tratadas durante todo esse período e que merecerão logo mais resposta do governo federal. Você verá como o cenário se torna ainda mais entusiasmante. Mas eu quero, após esse vídeo extraordinário, lançar, naturalmente, um cumprimento especial às mulheres. Amanhã nós celebraremos o Dia Internacional da Mulher e é fundamental que este Conselho tenha presente, como teve por este vídeo e pelas nossas palavras, também a nossa homenagem. E eu até vou tomar a liberdade de fazê-la. Como são muitas as mulheres deste Conselho, nós ampliamos, presidente Rodrigo Maia, nós ampliamos o Conselho anterior em cerca de 70% com a inclusão das mulheres neste Conselho, que são uma das forças produtivas do nosso país. Convenhamos que o nosso compromisso com a promoção dos direitos da mulher já é antigo. Eu até tomo a liberdade de dizer que, quando exerci o cargo de secretário da Segurança Pública em São Paulo pela primeira vez em 84, 85, 86, eu criei a primeira Delegacia da Mulher. Fenômeno curioso, veja como a administração, tomo a liberdade de dizê-lo, como muitas e muitas vezes, sem nenhum orçamento, sem nenhuma necessidade de gastos adicionais, você consegue fazer algo que produza um resultado extraordinário. Tão logo instalada a primeira Delegacia da Mulher, tempos depois eu voltei a ser secretário da Segurança Pública, cerca de 8, 10 anos depois, e lá estavam, só no estado de São Paulo, cerca de 98 Delegacias da Mulher instaladas, que não significavam em nenhum momento despesa, porque bastava ter uma delegada mulher, duas, três escritivas mulheres e 10 ou 12 investigadoras mulheres. Isso deu uma agilidade à administração extraordinária. Eu quero cumprimentar também a Patricia Audi, que é uma das principais elaboradoras e produtoras dos dois eventos. Do primeiro que nós fizemos e deste, que agora se realiza. É até interessante. Quando fui, Eunício e Rodrigo, presidente da Câmara, acabamos criando a Procuradoria Parlamentar da Mulher, algo que inexistia na Câmara dos Deputados. A deputada Fátima está acenando positivamente em função exatamente deste fato. E aqui neste Conselho, volto a dizer, nós elevamos, Vicente, nós elevamos em 70% a participação das mulheres no Conselho. Mas eu creio que a maneira eficaz de comemorar o Dia Internacional da Mulher é fazer com que as palavras que são importantes sejam acompanhadas de ações, que são ainda mais importantes, não é? A igualdade de oportunidades entre a mulher e o homem será fruto do trabalho incansável e cotidiano de cada um de nós, em todas as esferas da vida. Muito já se fez, mas nós sabemos que muito ainda há por fazer e, por isso mesmo, é com extraordinária satisfação que eu volto a presidir esta reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Eu mencionei a Patricia Audi. Vocês sabem que um dos produtores deste Conselho também é o ministro Eliseu Padilha, que está em convalescência. Portanto, não pôde estar presente hoje. E aqui eu vejo, portanto, rostos conhecidos, não apenas em função da última reunião, mas fisionomias que me acompanharam e eu os acompanhei ao longo de toda a vida pública. E também aqui nós temos novos conselheiros. É interessante que o Conselho está gerando uma intensidade, digamos assim, dr. Jorge, na tentativa de dizer: eu quero participar. E, de fato, hoje nós

teremos novos conselheiros. Vocês viram que aumentou até o volume das cadeiras. Eu quero também registrar, e aqui com grande pesar, o falecimento do Edson de Godoy Bueno, que nos deixou de uma forma, vamos dizer assim, surpreendente porque ele estava lá jogando tênis, portanto, utilizando toda sua vitalidade, quando, repentinamente, foi acometido de um mal que fez com que gerasse esta ausência, certa e seguramente, muito sentida por mim e por todos aqueles que estão neste Conselho. Mas eu, na vez anterior, dizia que, ao relançar o Conselho, o propósito que nos movia e ainda nos move é o de fomentar o diálogo com a sociedade. Ou seja, não basta o diálogo entre os agentes públicos. Não basta um diálogo que nós reinstituímos com muito vigor, com muita força e, ao mesmo tempo, com muita celeridade com o Congresso Nacional, o que tem nos permitido levar adiante uma série de propostas governamentais, se não tivéssemos também um diálogo com a sociedade, e é um diálogo de verdade. A troca de ideias tem que ter duas direções para ser produtiva. Na reunião inaugural em 2016, nós tratamos de medidas para a retomada do crescimento. E o nosso objetivo fundamental, é óbvio, é o crescimento com o combate ao desemprego. É isso que nós queremos para o país. E nesses dois anos e pouco, ou menos, que nos faltam, o que eu tenho dito, afirmado, reafirmado, é que nós queremos colocar o país nos trilhos, para que quem venha depois possa simplesmente conduzir a locomotiva, mas com os trilhos já ajustados. A prioridade, portanto, é gerar empregos e, para isso, é preciso que a economia se fortaleça. E a convivência dos nossos esforços tem se revelado na restauração da confiança e na recuperação de importantes indicadores. Vou tomar a liberdade de mencionar alguns fatos dentre os 56 fatos que nós produzimos, juntamente com o Congresso Nacional, ao longo desses seis meses, na verdade, de período efetivo que temos como presidente da República. Os senhores sabem que a inflação vem recuando e, convenhamos, em ritmo mais acelerado do que muitos previam e até mesmo eu esperava. De uma taxa de mais de 10%, quando chegamos ao governo, em 2015, fechamos 2016 com 6,3%, ou seja, abaixo do teto da meta previsto para o ano passado. Agora, em janeiro passado, a alta foi de apenas 0,38%, o que já está derrubando a inflação para cerca de 5% agora neste mês de fevereiro. Revela que, ao longo deste ano, é muito provável que nós estejamos, o centro da meta é 4,5[%], mas é muito provável, neste ritmo que estamos, que talvez nós cheguemos ao fim do ano com uma meta inferior ao centro, que é de 4,5%. Os senhores sabem que a Selic, a taxa Selic continua em trajetória de queda. Nós estávamos em 14,25 [%] e, em pouco tempo, já estamos 12,25[%]. Como anúncio aqui é uma palavra que eu tomo muito cuidado, para não interferir nessa área, que é uma área muito sensível, mas com perspectiva de queda, digamos, paulatina e responsável. Porque não adianta diminuir os juros irresponsavelmente. É preciso utilizar muita responsabilidade na redução dos juros, que é o que vem fazendo o Banco Central, o Ministério da Fazenda, enfim, a área econômica. Devo registrar também que os investimentos estão aumentando. A entrada de recursos estrangeiros no mês de janeiro bateu qualquer recorde. Foram US\$ 11,5 bilhões. O que significa que está se restabelecendo a confiança do país, a própria balança comercial alcançou o superávit de US\$ 7,3 bilhões no primeiro bimestre de 2017. É o melhor resultado desde o início da série histórica em 1989. As contas públicas do governo registraram em janeiro o maior superávit para o mês desde 2001. Superávit da ordem de R\$ 26,3 bilhões. O Risco Brasil, que estava em 570 pontos, caiu para 270, nesses meses. Portanto, para quase mais da metade entre fevereiro de 2016 e fevereiro de 2017. Portanto, nós, eu dou alguns exemplos, seriam muitos a serem dados, mas isto é para revelar que nós temos posto a casa em ordem. Mas esses são resultados que nos motivam a trabalhar muito mais. Aliás, a cada nova reunião desse Conselho nós podemos monitorar nosso esforço de reerguimento do

Brasil. Quero dizer que nós estamos encarando com muita coragem, se não até com relativa ousadia, as reformas que o Brasil demanda e precisa. Porque não há atalhos ou passes de mágica nessa matéria. Tampouco há espaço para hesitação. Por isso que eu falo que é preciso coragem e ousadia. Mas tudo isso com muito trabalho, com muito diálogo, nós estamos levando estas reformas adiante. Os senhores se recordam, em novembro, nós ainda não havíamos aprovado a emenda do teto de gastos, que é fundamental para o Brasil. Mas logo em seguida, não é? Até convenhamos, muito motivado pela reunião do Conselho naquela oportunidade, que muitos conselheiros saíram mencionando a indispensabilidade do teto dos gastos como primeiro passo para as grandes reformas constitucionais. O fato é que nós conseguimos logo em seguida aprová-lo, volto a dizer, com grande apoio do Congresso Nacional. Então, por outro lado, em outro tema que já foi aprovado, é a chamada reforma do ensino médio. Os senhores sabem que eu fui presidente da Câmara dos Deputados pela primeira vez em 1997. Já se falava em reforma do ensino médio. E o que se viu ao longo do tempo foi apenas a constatação de que, se a voz falhar e o Brasil crescer, tá ótimo, mas o que se viu ao longo do tempo foram queixas derivadas do seguinte: “Ah, o aluno não sabe multiplicar, não sabe dividir, não sabe falar o português etc”. Vinte anos se passaram, passou-se um período de vinte anos e nada da reforma do ensino médio. Quando o Mendonça Filho me trouxe a hipótese de uma medida provisória, é claro que eu disse: “Olhe, haverá alguma objeção, mas o Brasil não pode esperar”. Portanto, esse debate já se deu durante 20 anos, e até ressalto que, o Mendonça, ao formatar a medida provisória, o fez baseado nos vários projetos que estavam na Câmara, dos mais variados partidos. Foi lá e retirou aqueles dispositivos todos, os que haviam sido discutidos. Isto gerou uma grande discussão nacional e, num prazo de 6 meses, convenhamos, nós reformulamos o ensino médio no nosso país. E como diz o Mendonça, hoje em pesquisas feitas revelam que 84% aprovam a reforma do ensino médio. Foi a segunda reforma que nós aprovamos em pouquíssimo tempo, não é? E nós, na ocasião, nós falávamos do projeto Crescer e do papel do setor privado como gerador da prosperidade. O projeto está ativo e em dia com o calendário. Eu quero assinalar também os ganhos para as empresas estatais, que hoje, em face de uma lei que conseguimos aprovar, têm uma gestão profissional. E de regras até mais racionais, como a da Lei do Pré-sal. E esses ganhos, interessante, nós sempre achamos que vai demorar um pouco para produzir efeitos. Mas eles já estão produzindo efeitos. Penso que nós já estamos começando a sentir isso. É como a readequação da legislação trabalhista, algo que a todo momento as pessoas dizem: “Isso não pode continuar assim”. E nós ousamos. Nós pedimos ao ministro do Trabalho que fosse a centrais sindicais, que fosse às federações de indústria, a Confederação Nacional da Indústria, de Serviços etc., dialogasse, porque essa é uma das marcas do nosso governo, e por meio do diálogo, obtivesse o consenso. E obtivemos. Nós o fizemos. Nós conseguimos fazê-lo. Porque foi do diálogo que nasceu, exatamente no final do ano, a oportunidade de mandarmos ao Congresso Nacional um projeto de lei, consensuado. E naquela oportunidade, para ter ideia, falaram sete representantes das Centrais Sindicais, e sete, oito, representantes das federações de indústria, CNI etc. Até penso que esta reforma, tendo em vista em primeiro lugar o consenso e, em segundo lugar, por tratar-se de lei ordinária, portanto, exigente apenas de maioria simples. Eu tenho a impressão, e mais do que impressão, a convicção, de que nós conseguiremos em fase da base muito sólida que nós temos no Parlamento. Portanto, em breve tempo, nós teremos a terceira das reformas fundamentais para o País que é uma modernização da legislação trabalhista. Mas é evidente que tudo isto depende muito de uma reforma que eu reconheço um pouco mais delicada, um pouco mais complicada, mas

cujo os exemplos concretos que se deram nos estados brasileiros, levam-nos à convicção de que nós conseguiremos aprová-la no Congresso Nacional, que é a reforma da Previdência. Quem examina hoje a situação do Rio de Janeiro, examina a situação do Rio Grande do Sul, e também de Minas Gerais, e de outros estados que estão à beira dessas dificuldades, verifica que a razão fundamental, marcante das dificuldades dos estados é precisamente a questão previdenciária. E a União está disposta. Está trabalhando para ajudar os estados. Agora, para ajudar os estados, em face da Lei de Responsabilidade Fiscal, nós precisamos de uma contrapartida, a ser dada pelos estados. Isto está se processando no Congresso Nacional. Ontem ainda, o presidente Rodrigo Maia fazia um apelo aos líderes, numa reunião que tivemos ontem à noite, com vistas a aprovar porque é para facilitar os estados. De vez em quando dizia assim: “Ah, não conseguiu aprovar, o governo perdeu”. O governo não perde não. Quem vai perder são os estados federados e nós estamos interessados na hígidez da federação brasileira. Então, nós precisamos disso no Congresso Nacional com uma vitória dos estados, com o apoio, empenho da União Federal, que vai ter gastos. Porque do instante que haja as contrapartidas, isto vai significar que a União vai ter que aportar recursos para os estados e, quem sabe, até deixar de cobrar dívidas, não é? Mas no tópico da reforma previdenciária, eu quero dizer aos senhores e as senhoras que é preciso um empenho também da sociedade. A sociedade, se se conscientizar, como nos conscientizamos todos na sua indispensabilidade. É preciso que cada setor, cada pessoa que esteja aqui representada por si ou representando associação ou a federação, a confederação tal e o qual, façam um movimento esclarecedor. Porque há, muitas e muitas vezes, inadequações em relação a aquilo que se divulga, ou seja, a reforma da Previdência. Há de ser algo que leve em conta o interesse do País e não interesses políticos circunstanciais. Que muitas vezes você propõe uma reforma mais difícil, o interesse político, sem nenhuma avaliação técnica, é que revela a oposição à reforma. Porque quando se faz a oposição à reforma, tem que dizer: “Tá bom, então qual é a solução, não é? Tem déficit? Tem! Qual é a solução?” É preciso trazer uma proposta. Nós estamos abertos ao diálogo, mas é preciso não apenas dizer que vai tirar direitos do trabalhador, que é uma inverdade absoluta. Que em primeiro lugar, vocês sabem que quem já adquiriu o direito. Eu digo isto porque muitos me dizem que há uma corrida ao setor público, com vistas a retirar a certidão de tempo de serviço, para poder se aposentar. Não é preciso. Se já corporificou seus direitos, já consolidou os seus direitos, pode continuar trabalhando que não se aplica a regração nova. Outro ponto é o seguinte: cerca de 63% dos trabalhadores brasileiros terão aposentadoria integral porque ganham salário mínimo. Lamento dizê-lo, mas e o mínimo da Previdência é o salário mínimo. Então quem eventualmente possa insurgir-se é um grupo de 27%, 37% que digamos, a reforma previdenciária, que pode eventualmente merecer ajustamentos, quem vai discutir isso, está discutindo, é o Congresso Nacional. Mas quem reclama é quem na verdade ganha muito mais, quem está muito acima desses tetos. Quem tem aposentadoria precoce, quem tem aposentadoria antes da Previdência geral. Porque nós estamos é igualando a aposentadoria do setor público, setor privado, com a classe política. Todo mundo pergunta quanto à classe política. A aposentadoria será uma só, terá um único padrão. Portanto, uma equalização, uma parificação extraordinária do sistema previdenciário. E sempre dizemos que nós estamos preocupados com o futuro daqueles que vão receber pensão, no futuro daqueles que hoje recebem pensão. Vocês verificam o que tem acontecido nos estados, em todo mundo. Na Argentina, hoje o mínimo é 65, com acréscimos bianuais de mais 1 ano até atingir 70 anos. Em Portugal, é 66. Na Espanha, 66 anos, quer dizer, nós temos uma nova realidade demográfica que não pode ser ignorada. Afinal, muitos e muitos se aposentam e

ganham mais no tempo de pensão do que o tempo que contribuíram para aposentadoria. Portanto, é preciso mudar, e é urgente que se mude. E tudo isto, convenhamos é interessante, é para preservar exatamente os mais carentes, os mais pobres. Porque nós não podemos eliminar certos programas que alcançam aqueles mais pobres se nós tivermos dificuldades orçamentárias e financeiras extraordinárias na União Federal. Então, eu peço a vocês, aos senhores e as senhoras que, na medida que puderem, estou tomando a liberdade de, diante deste público tão atento, selecionado, quantitativamente, qualitativamente, de pedir esse auxílio. A sociedade tem que se incorporar nessa questão. E até, convenhamos, se tiver objeções, se tiver observações, mandar as observações: olha, deve se modificar aqui, acolá etc. Nós vamos examinar tudo isso. O que não podemos é ficar inertes. Porque a inércia é que produziu a recessão que hoje nós já dela estamos saindo. E queremos abandoná-la por inteiro. Portanto, meus senhores, minhas senhoras, a responsabilidade fiscal e a responsabilidade social andam juntas. Se nós não reequilibrarmos as contas públicas, ficam difíceis os recursos para saúde, para educação, programas de transferência de renda. Aliás, o Meirelles e o Dyogo sempre dizem: matéria de orçamento, nós fizemos o orçamento do ano que vem com base na lei do teto, mesmo antes da lei do teto ter sido aprovada. E, sem embargo disso, sem embargo das vozes que esvoaçavam por todos os cantos para dizer: “Olha aí, ele vai diminuir verbas para educação, para saúde, vai acabar com saúde e educação”. O aumento foi de R\$ 10 bilhões para saúde e R\$ 10 bilhões para educação. É isso Mendonça? R\$ 10 milhões para educação. Neste próximo orçamento. Por quê? Porque são áreas prioritárias e nós não vamos fazer isso. O teto, não é um teto parcelado, não é o teto para cultura, para educação. É o teto geral. Então você remaneja o orçamento de maneira que as áreas prioritárias possam ser beneficiadas, não é? Nós não eliminamos nenhum dos programas sociais. Ao contrário, nós estamos levando adiante esses trabalhos. E hoje, na reunião de hoje, eu quero dizer e quero cumprimentar desde já os trabalhos da comissão. Tive oportunidade de ir a um almoço na Escola Nacional de Administração Pública, onde os grupos estavam reunidos. E a Patricia me trouxe as conclusões dos grupos, que serão agora objeto de menção, de exposição. E depois nós falaremos quais as medidas que o governo vai tomar em função dessas sugestões. Ou seja, nós não ficamos apenas na palavra, mas nós vamos para a execução, não é? Eu acho que, das reuniões do Conselho, penso que esta seja a primeira em que os grupos se reuniram, trazem sugestões e nós apontamos, digamos, caminhos, tendo em vista o trabalho que os grupos realizaram. E como faremos reuniões de tempos em tempos, é claro que a cada nova reunião nós avaliaremos aquilo que se produziu nas reuniões anteriores. Portanto, agradeço mais uma vez a valiosa presença de todos. Tomo a liberdade, no particular, da presidência do Senado, da presidência da Câmara que muito nos auxilia, incentiva nesse trabalho e, com isso, nós podemos dar início a esses trabalhos que eu estou certo que serão extremamente produtivos. Muito obrigado.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES (Ministro da Fazenda):** – Obrigado. Senhor presidente Michel Temer, senhor presidente do Senado, Eunício Oliveira, presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ministros de Estado presentes, senhores conselheiros, senhoras conselheiras. O Brasil hoje já é um país que volta ao normal, um país que já aprova as reformas fundamentais como mencionado pelo Presidente; mas o país começa a de fato adquirir uma normalidade também não só na área política, na área congressual, mas também na economia. Relatórios que eu recebo de diversas áreas mostram que sentimos ainda os efeitos da recessão. Mas o país já começa claramente a crescer. E vamos falar sobre

isso em seguida. Isso é resultado de medidas tomadas que não só mudam o horizonte do crescimento do país, mas também medidas que visam assegurar, de fato, que o país saia da crise e que venha crescer a taxas mais elevadas. Se olharmos agora as projeções vamos ver o efeito de duas medidas importantes: uma já aprovada, que é o teto para o crescimento dos gastos. Nós vamos ver o efeito disso, para as despesas públicas brasileiras. Fizemos aqui uma projeção em dez anos. Hoje, as despesas públicas brasileiras federais representam quase 20% do PIB, 19,8%, tendo saído de 10,8% em 91, quase dobrou. Por outro lado, se continuasse a trajetória, nós iríamos para 25,4% do PIB em 10 anos. Com o teto, nós vamos a 15,5% do PIB. Isto é, o país ganha 10% do PIB em termos de menor despesa pública. Em seguida, uma outra projeção referente à previdência social. Isto é, projeção também em 10 anos, que mostra que apenas com a reforma da previdência nós vamos deixar de consumir 1,7% do PIB; o problema da previdência é que ela tem um efeito de longo prazo. Para que todos tenham uma ideia: sem a reforma da previdência, se olharmos até 2060, por exemplo, o aumento do déficit da previdência vai a 10% do PIB; só o aumento do déficit, o que significa que nós teríamos que aumentar a carga tributária do país em 10% do PIB não para eliminar o déficit da previdência, mas para pagar o aumento do déficit. Isso é obviamente insustentável. Os mercados e os agentes econômicos antecipam as evoluções da economia antes de esperar acontecer. Nós já estávamos pagando este preço, não é? Vamos mostrar isso em seguida. Vamos agora olhar o curto prazo. Em primeiro lugar, o resultado primário, a evolução dos últimos anos. Nós saímos aí de um resultado primário que estava próximo de 4%, chegando aqui a um déficit primário acima de 3% do PIB. É na curva da esquerda. Na curva da direita, nós vemos a dívida pública. Ela caiu bastante e depois, num curto espaço de tempo, ela deu um salto enorme lá claramente insustentável. O que eu digo é o seguinte: a economia, e não são só os empresários, economistas, os agentes econômicos, a população, de uma forma ou de outra, começa a prever o que vai acontecer e rearranja e começa a reagir a isso. E vamos mostrar os índices de confiança. A dívida pública já teve uma queda relevante no final de 2016. Se nós passarmos agora no efeito disso que eu mencionei, que é o risco-país, não é? E a confiança na indústria, como exemplo. O risco-país, como já mencionado pelo presidente, subiu fortemente e chegando aqui a quase 600 pontos. E depois, a partir da metade de 2016, já tendo uma queda substancial. Nós vemos aí que de próximo de 500, já estamos aí ao redor de 200 pontos, e o que é mais importante numa trajetória cadente, isto é, tendência para continuar caindo o risco. Se formos à direita, então nós vamos ver a confiança da indústria, o reverso. Isto é, caiu fortemente desde 2011, não é? E começou a subir já. Começou a se viabilizar ou se visualizar a mudança de governo. E a partir de maio ela, a confiança, de fato, decolou. Houve uma trajetória, uma pequena queda ao redor de agosto, setembro, mas depois voltou a subir e já subiu fortemente no mês de janeiro. Isso se reflete também na confiança do consumidor e também na confiança de outros setores da economia. Portanto, a população já sente o efeito dessa mudança. Partindo agora para a próxima projeção. Muita coisa se tem discutido sobre o porquê da retomada no final do ano passado não ter sido tão rápida. De fato, não foi. E inclusive hoje foi divulgado o PIB do ano passado. O PIB do último trimestre negativo e o PIB do ano de 3,6% negativo, que é o resultado dessa evolução nos últimos dois anos. Como eu mencionei, o resultado de uma série de políticas que levaram a economia brasileira a enfrentar a maior crise da sua história. Agora, estamos num processo de saída dessa crise. E vamos mostrar um dado importante que ocorreu durante o ano passado, que é o endividamento das empresas medido por dívida sobre o patrimônio líquido. Do lado esquerdo, nos vamos ver que ela atingiu um pico no início de 2016, final de 2015. Mas, durante o ano de 2016, ela



caiu sistematicamente ali até setembro. Mas ela continuou a cair até o final do ano. Isto é muito importante porque isto era uma pré-condição para o país voltar a crescer. As empresas reduziram seu nível de endividamento para voltarem a partir daí a poderem tomar empréstimos e crescer. Esse ajuste foi feito. Dentro das famílias, também o percentual da renda caiu e, se nós trouxermos esse gráfico, até agora a queda é substancial. Portanto, essa é uma das razões da retomada das famílias, das empresas. Já pagaram um percentual importante da sua dívida. É um processo penoso, resultado dessa crise que enfrentamos. Mas o fato é que já estamos passando para um segundo processo, que é o processo agora de voltar a tomar empréstimos, financiar o consumo, investimentos, e crescer. O crescimento está sendo retomado e, aqui, eu vou mostrar alguns dados importantes, A indústria, por exemplo, é a curva preta, não é? Nós vamos ver que o crescimento da indústria (a curva azul) foi caindo até janeiro de 2016 e voltou a crescer e, hoje, já está um pouco acima de zero. Então você fala, é um pouco, é um pouquinho só acima de zero. É verdade. Mas se nos virmos a curva azul, ela saiu lá, quase de menos 11%, mais de menos 10, e já está positivo. Este crescimento é fundamental. O emprego também. Temos o desemprego. Sim, a curva continua no negativo. Mas, de novo, também já virou a inclinação e já começa a subir. Isto é, o emprego também já reverteu a tendência. Esse dado é muito importante. Agora, vamos falar o que substancia estas previsões de que a economia já voltou a crescer. Isto aqui são os chamados indicadores antecedentes da economia, que os economistas gostam de se referir. Mas o que significa? O seguinte: são dados da economia que já indicam algo que já está acontecendo e que vai ser divulgado em algum tempo. Então, por exemplo, o PIB como foi divulgado hoje, inclusive o do 4º trimestre, se refere ao ano passado. Isso é o espelho retrovisor, não é? Na realidade, esses índices refletem o que está acontecendo agora e vai ser divulgado com o crescimento do PIB do primeiro trimestre, que vai ser divulgado em abril. Mas vamos lá. Fluxo de veículos leves nas estradas: cresceu 1,6 %. Isso significa que já está havendo uma maior atividade, as pessoas viajando mais etc. Produção de papelão ondulado para embalagem: crescimento de 1,8% no mês. É um crescimento importante. Venda de supermercado, segundo dado da ABRAS: 1 %. Produção de motocicletas: 9,1 %. Dado importante da FUNCEX, a importação de bens intermediários, fundamental para a retomada do crescimento: 1 %. Confiança do consumidor (eu mencionei lá na indústria): foi 2,5% em janeiro. Muito forte. Emplacamento de comerciais: 11,6%. Portanto, isto tudo mostra já uma retomada da atividade que os dados vão aparecer à frente. Conversando esses dias com um grande pesquisador, um dos maiores pesquisadores de dados estatísticos do Brasil, ele me disse: o senhor esteja preparado porque daqui para frente só vai ouvir notícia boa. Nós vamos gradativamente melhorar o desempenho. Continuando agora, eu vou mostrar um outro dado: a questão do crescimento de 2016. Esse de 3,6% negativo e o crescimento de 2017. O crescimento de 2017 vai ser baixo. Vai ser zero, vírgula alguma coisa, ou 1% ou menos até. Gostaria de chamar a atenção aqui para uma questão. É um dado técnico, mas aqui infelizmente nós temos que entrar nessa questão. Quando o PIB cai e muito e ele começa a crescer de uma base muito baixa comparada com a média do ano anterior, média contra média, o crescimento fica pequeno. Mas se nós compararmos de onde ele partiu em dezembro e onde ele vai chegar a dezembro de 2017, é outra história. E é isto que nós comparamos aqui desde março de 2011. É o quarto trimestre de um ano contra o quarto trimestre do ano anterior. O que de fato aconteceu naquele ano. Então vamos ver que a partir de 2014, já caiu, isto é, em julho de 2014, já tivemos um desempenho negativo, de trimestre a trimestre, ainda levemente negativo E ainda em 2015 chegamos a um pico de mais de 5% negativo, um trimestre contra o mesmo trimestre do

ano anterior. Já está crescendo e nós já estamos prevendo em torno de 2% o crescimento no final do ano. Isto é, final de 2017 contra final de 2016. O que acontece de fato durante o ano, as nossas previsões de hoje, inclusive, pode ser mais do que 2%. É cerca de 2,4%. O último trimestre de 2017, contra o último trimestre de 2016. Resumo: o que de fato cresce em 17 é 2,4%. O crescimento anualizado do último trimestre, isto é, se repetir durante 12 meses, é maior do que o do primeiro. Do primeiro deve ser menor e ele vai se acelerando durante o ano e a expectativa já nossa previsão é mais do que a expectativa e é de um crescimento anualizado de 3,2% no último trimestre. Quer dizer, 2,4% comparado com o final de ano, mas já crescendo a uma taxa acelerada de mais de 3%. É muito importante para o país e para a atividade de cada um. Como o Presidente Temer tem enfatizado, quer dizer, como esse é um governo de pouco mais de dois anos, então é um governo que tem seis meses de efetividade. Antes, era um governo interino. Temos mais dois anos, pouco menos pela frente, então. Nós temos que acelerar, tomar as medidas necessárias pra que as coisas possam acontecer rapidamente. Depois de enfrentar com sucesso, como já vimos, as questões fundamentais macroeconômicas e de fundamento do país, que são o teto dos gastos, a previdência e reformas importantes, vitais para o país, como da educação, o ensino médio, nós estamos agora entrando em um novo desafio que é a produtividade do país, a capacidade do país crescer. É o que o Banco Mundial chama do ambiente de negócios. É o "Doing Business". E aqui nós estabelecemos uma comparação com o melhor desempenho, que nós colocamos como 100 no mundo, que é o que estamos chamando como de fronteira. Então nós vamos ver como é que esses diversos países emergentes se comparam com a fronteira, com os países melhores em termos de produtividade: Rússia, com 73; México com 72, depois Colômbia, Peru, e etc. E o Brasil, com 56. Então, o Brasil está mal classificado aqui. O Brasil está numa das piores situações da última década. Foi caindo devagar e está quase no número 120. Muito bem. Agora, nós estamos já tomando uma série de medidas. Eu vou passar depois rapidamente por elas, mas mostrando agora o que vai acontecer com nosso índice de produtividade caso nós avancemos, ou na velocidade da Rússia, que independentemente de questões políticas etc. ela melhorou muito nesta década, ou na velocidade do México, que tá melhorando numa velocidade menor que a da Rússia. Se nós avançarmos na velocidade da Rússia, atingimos já a fronteira no final de 2019, 2020. É um crescimento rapidíssimo. Se adotarmos a velocidade mexicana, vamos atingir a fronteira aí por redor de 2026. Ainda tá muito bom. Evidentemente, a velocidade da Rússia, no caso, ela seria melhor para o país e eu vou entrar agora nessa questão do ambiente de negócios. O que eu quero dizer é o seguinte: isso significa algo que tá sendo pouco entendido hoje pela sociedade, nós não só estamos enfrentando as questões fundamentais do país, macroeconômicas etc., mas também a questão microeconômica, de produtividade, de crescimento, capacidade do país de crescer. Evidentemente, que a política monetária está funcionando muito bem e, como eu tenho dito às vezes, o país está voltando ao normal. Nós encontramos uma situação que era inusitada. Eu tive, por exemplo, no Banco Central por 8 anos, convivendo com bancos centrais de economias do mundo inteiro. O que o Brasil estava vivendo, de fato, era uma situação não usual. Nós estávamos, ao mesmo tempo, com uma recessão enorme, um desemprego enorme, uma capacidade ociosa, o que normalmente levaria a inflação a cair muito, com risco até de deflação, como tivemos em outros países. Nós estávamos com a inflação muito elevada, com grandes capacidades ociosas, desemprego, e ao mesmo tempo, a taxa de juros elevada. Isto é inusitado. Então o que é que acontece: agora o país está voltando ao normal. Isto é, a inflação está despencando porque inclusive nós temos uma capacidade ociosa muito grande, um desemprego enorme,

etc. Então, o normal é que isso caia e daí sim o Banco Central pode baixar os juros dando aí o impulso necessário também sobre esse aspecto para a economia. Mas vamos olhar agora o ambiente de negócios. Existe uma correlação, feita pelo Banco Mundial, entre a renda per capita de um país e o ambiente de negócio. Isto é, a produtividade. Vamos chamar de produtividade para facilitar a conversa. Porque o ambiente de negócio não tem muito sentido em português. Poderíamos falar de facilidade para produzir, que é uma expressão melhor. Mas vamos ver o Brasil 2017 e o Brasil 2027. Essa reta azul mostra essa correlação. Quanto melhor classificado, tá certo, no índice de facilidade de produzir, maior é a renda per capita. Isso aqui é simplesmente comparação de dados do mundo inteiro. Não tem discussão aqui de mérito ou opinião. Então, se o Brasil de fato conseguir chegar, aumentar de 4, digamos, para 4,25, 4,22, é um índice logarítmico aqui. Não vou entrar nesse detalhe técnico. Mas com esta melhora esperada, o Brasil terá condições também de crescer neste período a sua renda per capita nos próximos 10 anos. Eu não vou entrar aqui em detalhe, porque senão ficaria uma apresentação longa. Mas é apenas para dar uma noção a todos os conselheiros e as conselheiras, exatamente todas as reformas que já estamos fazendo na área de produtividade. Reformas relacionadas ao crédito: cadastro crédito positivo, duplicata eletrônica, que é a criação de um mercado centralizado para duplicata, recebíveis de cartão de crédito, e outros. Isso visa a melhorar a qualidade das garantias principalmente para pequenas e médias empresas, baixar o custo do crédito. O crédito positivo, o cadastro, visa exatamente facilitar, de novo, a concessão do crédito e a queda dos juros. A situação no Brasil: eu vou me deter apenas sobre essa. O que é que é o cadastro positivo? O cadastro positivo, ele simplesmente dá o seu histórico. Você é um bom pagador, está no cadastro positivo. No Brasil, nós temos o que funciona bem, que é o negativo. Para o positivo, foi aprovada há bastante tempo uma lei. Existe o cadastro positivo, só que alguém para ser enquadrado lá tem que registrar, mandar correspondência. Tem que ser registado em cartório etc e ninguém faz isso. Então não existe, na prática, o cadastro positivo. O que vamos fazer? Mudar exatamente o critério, isto é, a pessoa entra no cadastro positivo, a não ser que não queira. Então nós vamos funcionar da mesma maneira que funciona nos diversos outros países. Você chega ao país, vai comprar, apresenta seu cartão de crédito, a loja rapidamente inclusive fica sabendo, ou o banco, a sua situação de crédito no país. Isso permite uma queda importante do juro ao consumidor e com uma concessão rápida de crédito. E é com crédito que o país volta a funcionar, trabalhando no aperfeiçoamento da legislação, da alienação fiduciária, muito importante. O aperfeiçoamento da lei de falências é crucial para possibilitarmos que muitas empresas saiam da situação atual de crise e instrumentos de mercado de capitais, como a letra imobiliária garantida, facilitando o financiamento direto pelo mercado de capitais. Em resumo, existe toda uma série de medidas relacionadas ao crédito. Se nós prosseguirmos com redução de burocracia, automatização de registro de tributos. Vou citar o e-social, o sistema de escrituração contábil, nota fiscal de serviços eletrônica, a REDESIM, Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios. Eu vou dar dois dados apenas. Hoje o tempo gasto no pagamento de impostos no Brasil é, em média, de 2.600 horas por ano para as empresas. O nosso objetivo é chegar a menos de um quarto disso: a 600 horas por ano, nos aproximando de padrões internacionais. Sobre o tempo para abertura e fechamento de uma empresa. Em São Paulo, por exemplo, hoje são 101 dias para conseguir abrir uma empresa, em média. Objetivo: chegar a 3 dias. Isso afeta a vida e a produção do país dia a dia. Reformas relativas ao comércio internacional: o portal único do comércio exterior consolida em ponto de entrada único, acessível pela internet, encaminhamento de todos os

documentos incluindo o certificado de origem digital. Isto é, isso facilita enormemente. É um único portal e toda a documentação é apresentada ali por forma eletrônica e viabiliza rapidamente. O mesmo ocorre com a importação: o produto pode estar no navio e já se preencher toda a documentação de forma eletrônica. Operador econômico autorizado, etc., compra de terras por estrangeiros etc. Em resumo, existe todo um avanço nesta área. No caso de exportação e importação, uma redução no mínimo de 40% do tempo. Prosseguindo: reformas liberalizantes. Já mencionado pelo presidente: a legislação trabalhista, terceirização, negociado versus legislado, jornada de trabalho etc. Crucial. Eu, durante muitos anos, recebi potenciais investidores estrangeiros no Brasil e era normal ouvir uma observação: mas doutor, é muito difícil fazer negócio no Brasil. De fato, infelizmente, é o caso. Uma das coisas é a legislação trabalhista. Na legislação trabalhista, por exemplo, eu vou citar o dado de uma empresa que é uma multinacional europeia, que tem um grande número de funcionários no Brasil: cerca de 70 a 80 mil funcionários no Brasil. E tem também uma grande subsidiária nos Estados Unidos, com cerca de igual número de funcionários. Nos Estados Unidos, eles tinham, naquela data que eles falaram comigo, 27 ações trabalhistas com dois advogados, período parcial. A mesma empresa no Brasil, com as mesmas práticas, tem 25 mil ações trabalhistas e 150 advogados. Em resumo, isto é: custo para produzir no país. Então, a reforma vai nessa direção. Modelo de concessão realista e com estabilidade legal e de baixo custo para o Tesouro; leilão de linhas de transmissão, por exemplo, fim da margem de preferência nas compras governamentais; reforma no setor de óleo e gás, horizontalização e globalização dos requisitos de conteúdo nacional, etc., possibilitando a realocação eficiente de recursos. Governança de estatais: fundos de pensão, fundos de estatais com leis já aprovadas, já sendo aplicadas. Algumas dessas leis estavam paradas há muito tempo no congresso e o governo deu prioridade. Recuperação da autonomia das agências: independência financeira, diretores com experiência, mandatos alternados, etc. Vou dar um exemplo aqui. Existem agências que estavam paradas por uma razão muito simples. Um titular sai, fica doente, falece, desiste, renuncia por alguma razão, não tem substituto. Então, à vezes, fica parado meses até ter um substituto porque não tem o diretor substituto. Esta figura está sendo criada. Em resumo, todo um processo de novo para o país continuar a cada vez produzir mais rápido e melhor. Eu mostrei de uma forma rápida, e mencionando a um ou outro exemplo, toda a série de reformas de aumento da produtividade no país porque isso vai ser fundamental. Primeiro desafio: sair da crise. Já estamos saindo da crise. Próximo desafio: aumentar a produtividade do país, crescer mais, produzir mais, sem inflação. Outro dado importante: agora que eu vou mencionar que é um efeito agora do teto dos gastos e da reforma da previdência. No campo da produtividade da economia, dado muito importante é o seguinte: após quase 30 anos, nos vamos reverter, estamos já revertendo, um processo em que o governo ocupa o espaço do setor privado. Vamos olhar aí. Como eu já mostrei, esse gráfico eu já mostrei, mas agora vamos olhá-lo de outra forma, na medida em que o governo aumentasse de 19,8 para 25,4% o tamanho como percentagem do PIB, isso significa uma diminuição do setor privado com percentagem do PIB. No momento em que o governo passa a ter o tamanho de 15,5% do PIB em 10 anos, esses 10% que deixa de crescer e, na realidade, cai essa diferença de 25,4 para 15,5%, ela é ocupada pelo setor privado que, historicamente, estatisticamente, tem uma melhor alocação de recursos e uma melhor produtividade. Portanto, isso é outro fator que vai levar o país também a crescer mais. Então, nós estamos agora olhando sob a forma, de um outro ponto de vista, que se chama do custo-Brasil. O custo-Brasil que trava o investimento do Brasil. Ele pode ser medido de uma forma agregada como custo de capital e ele é muito

relacionado com isso que eu falei. O governo ocupando cada vez mais o espaço do produto, que é o chamado crowding-out. Na medida que vai aumentando, nos temos aumento de carga tributária, por exemplo, desde os anos 50. Impressionante isso. Olha aí a curva e as colunas. O azul escuro é o aumento da carga tributária no Brasil, de 1950 até hoje. E em azul, a dificuldade de investir e o aumento do preço capital. É correlacionado. No momento em que nós revertermos isso, e como é que vai reverter a carga tributária? Primeiro, tem que reverter a despesa e, depois, como consequência, pode-se reverter a carga tributária. E é o que exatamente estamos fazendo. Vamos falar agora de um dado teórico, mas muito importante, que eu tenha mencionado: é o pico potencial. O crescimento do PIB nos últimos 20 anos foi, em média, de 3,3% a.a. O efeito demográfico, isto é, o Brasil ficando mais velho e nascendo menos crianças por casal. E a China diminuindo o crescimento manda para o produto brasileiro tudo isso. Diminui esse potencial em 1%. Então o Brasil hoje, olhando simplesmente o desempenho dos últimos 20 anos e eliminando as causas da crise, o país voltando a crescer, a previdência, o teto, o país volta a crescer uma média de 2,3% ao ano. As reformas microeconômicas, que é o que nós mencionamos, e todas as reformas de aumento da produtividade que eu listei mais a diminuição do tamanho do governo. As duas coisas juntas podem levar esse crescimento para mais de 3,5%. Digamos, recuperando, que perdemos por um menor crescimento demográfico e pelo efeito China. Isto é: nós podemos voltar a crescer mais inclusive do que no período em que a população brasileira estava crescendo muito. E, certamente, o crescimento aí sim, na renda per capita, é muito grande. O que eu quero dizer aos senhores e às senhoras é o seguinte: o país está engajado hoje dentro de um programa intenso, profundo, de reformas mais que todas as áreas, muito maior e mais abrangente do que possa parecer à primeira vista. E os efeitos disso se farão sentir durante muitos anos. Concluindo, portanto, sumarizando: o governo está tomando as medidas para garantir a estabilidade na economia. Os fundamentos econômicos, como consequência, têm melhorado. O governo está comprometido com a redução do papel do Estado e com a melhora da produtividade. As reformas estruturais estão nessa direção e, portanto, construindo o caminho para o futuro e novo ciclo de investimentos e de crescimento que deve durar as próximas décadas caso de fato esse processo prossiga nos próximos anos. Agora é muito importante que os fundamentos e o número de reformas já aprovadas e que estarão aprovadas até o final deste ano seja na área macroeconômica como na área microeconômica, que isto é de aumento de produtividade é segundo todos os padrões internacionais mas temos conversado muito com técnicos do Banco Mundial que estão medindo isso no mundo inteiro. Todos analistas internacionais reputam como impressionante o que está acontecendo no Brasil e os efeitos serão muito maiores do que muitos esperam. Basicamente é isso, senhor presidente. Muito obrigado.

## **POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS**

Neste momento o presidente da República deu posse aos novos integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: Alcione Albanesi; Betania Tanure; Carlos Erani De Aguiar; Eraí Maggi Scheffer; Fernando De Castro Marques; José Vicente; Leila Velez; Nelson Narciso Filho; Sérgio Rial e Rachel Maia.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE MICHEL TEMER (Presidente da República Federativa do Brasil – Presidência da República):** Eu declaro empossados os novos conselheiros do Conselho e, naturalmente, vamos recebê-los com um aplauso.

## APRESENTAÇÃO DA PAUTA E INFORMES

**SRA. PATRICIA AUDI (Secretária da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social):** Bom dia a todos e a todas. É um prazer estar aqui na segunda reunião plenária coordenada e presidida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a quem eu agradeço o entusiasmo e o apoio que tem dado a este Conselho. Eu gostaria de dizer que ontem o Ministro Eliseu Padilha me ligou e pediu para lhes transmitir o apoio e o entusiasmo com que ele vem se dedicando ao Conselho e a vontade que ele gostaria de estar aqui presente nesta reunião. Quando nós fizemos a reunião no último dia 16, logo após a última reunião dos grupos de trabalho, uma reunião entre o comitê gestor, os relatores e o Ministro Eliseu Padilha para que nós pudéssemos apresentar as recomendações, ele ficou bastante impressionado com a afinidade das recomendações do Conselho e as estratégias que o Governo Temer tem tido para a retomada do crescimento. Ele pediu para lhes transmitir este recado. Esta segunda reunião plenária foi fruto de um trabalho exaustivo, Presidente, que nós fizemos a partir da eleição de 5 temas que foram escolhidos a partir da sua indicação por este colegiado. Os temas escolhidos sobre os quais o senhor ouvirá oficialmente as recomendações são: Ambiente de negócios; Educação básica; Produtividade e Competitividade; Agronegócio; e Desburocratização e modernização do Estado. Como se deu, Presidente, e demais conselheiros e senhores Ministros, a construção das recomendações? Entendendo que este é um órgão de assessoramento do Presidente, nós elaboramos a construção dessas recomendações em dois momentos para cada um desses temas. O primeiro momento contou com a elaboração de 5 prioridades, a partir do entendimento de quais são as prioridades do governo para cada um desses temas. Mas nós entendemos que muitas dessas recomendações têm sido sim implementadas dentro da possibilidade de um governo que tem 2 anos, como o senhor sempre nos orienta, Presidente. Então, num segundo momento, convidamos ministros e secretários a fazerem parte e comentarem essas recomendações e assim foi feito nos dias 14 e 15 de fevereiro: nos reunimos. E aqui eu queria agradecer a todos os ministros pela receptividade com que nós tivemos com os secretários e inclusive com o Ministro Osmar Terra, e ele mesmo, pudessem estar presentes nas reuniões. Nós também tivemos a honra de contar com o almoço surpresa em que o Senhor presidente nos prestigiou, com o Ministro Eliseu Padilha, no dia 14. Nós aproveitamos então esta oportunidade para que o senhor pudesse sentar à mesa com os 5 relatores dos grupos de trabalho para que já pudesse discutir de que forma este trabalho foi pensado e que já os conhecesse para que, nessa oportunidade, e eu vou logo passar a palavra a eles, para que pudessem fazer uma exposição de 7 minutos cada um e pudessem encaminhar as 3 recomendações. Lembrando que, à luz dos comentários do governo naquela segunda ocasião, o corpo de conselheiros elegeu 3 das 5 recomendações e serão essas, senhor Presidente, que lhes serão apresentadas hoje num total de 15 recomendações. Os nossos relatores são: no GT Ambiente de negócios – José Carlos Martins, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção; no GT Educação básica – professor Lino de Macedo, professor titular aposentado do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), especialista em desenvolvimento de educação e saúde da criança; no GT Agronegócio – Dr. Roberto Rodrigues, Coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ex-ministro da agricultura; no GT Desburocratização e modernização do Estado – Marina Cançado, Diretora da Agenda Brasil do Futuro; e no GT Produtividade e Competitividade – Sérgio Paulo Gallindo, Presidente-executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e

Comunicação (Brasscom). Além disso, seguindo as orientações do Excelentíssimo Senhor Presidente em que nós damos sempre a palavra a novos conselheiros para que em toda a reunião nós possamos ter sempre novas opiniões e ouvir a todos, já estão inscritos para fazer a palavra por 5 minutos Armando do Valle, Presidente do Conselho de Administração da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros) e vice-presidente da Whirlpool S.A.; João Carlos Marchesan, Presidente do Conselho de Administração da Abimaq; Marina Grossi, Presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável; Anna Chiesa, Professora da Universidade de São Paulo (USP) na área de enfermagem e saúde pública, especialista em desenvolvimento infantil; Maria Berenice Dias, advogada especializada em direito das famílias, sucessão e direito homo afetivo, preside a comissão especial de diversidade sexual e gênero do Conselho Federal da OAB, foi desembargadora do TJ-RS; e Anielle Guedes, fundadora e CEO da Urban3D S.A., startup inovadora de tecnologia. Aliás, a nossa conselheira mais nova, Presidente, e uma das revelações pelo MIT, uma das 35 revelações como cientista revelação do mundo. Gostaria mais uma vez de cumprimentar a todas as conselheiras e mulheres presentes pelo dia de amanhã na pessoa da nossa Conselheira Ana Maria Machado. É um prazer tê-las e ter esta participação acrescida no Conselho entendendo a importância da voz feminina no desenvolvimento do país. Seguindo também nosso compromisso, gostaríamos também de já anunciar a próxima reunião plenária, que será dia 6 de junho à tarde. Nós temos aproximadamente 3 meses entre um reunião e outra, lembrando que as recomendações que hoje se fizerem apresentadas aqui ao Excelentíssimo Senhor Presidente estarão sendo acompanhadas pelo Comitê Gestor e pelo grupo de relatores, que se reunirá periodicamente com o Ministro da Casa Civil para acompanhá-las e poder monitorar a sua implementação. Gostaríamos de lhes informar também que o Presidente, entusiasmado com as recomendações e a forma com que nós estamos conduzindo o Conselho, já nos indicou quais seriam os próximos temas com os quais ele gostaria de ouvir as recomendações deste Conselho. Os próximos temas pelos quais nós nos debruçaremos nos próximos meses para apresentar, Presidente, as recomendações na próxima reunião plenária são: Segurança pública e desenvolvimento; Saúde; Empregabilidade no Brasil do século XXI; Investimento e intermediação financeira; Relações internacionais e política comercial, a nova plataforma de inserção internacional no Brasil e no mundo. Gostaria de agradecer a todos no intuito do entusiasmo com que participaram das reuniões dos grupos de trabalho e agora, imediatamente, gostaria de passar a palavra aos nossos relatores, que farão o uso da palavra e apresentarão formalmente as recomendações ao Senhor Presidente. Dr. José Carlos Martins, bem-vindo.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE MICHEL TEMER (Presidente da República Federativa do Brasil – Presidência da República):** Eu vou pedir licença, Dra. Patrícia, para informar que o presidente do Senado tem uma reunião de líderes para tratar da reforma da previdência e da trabalhista e desejo sucesso para a reunião, liberando a sua presença. Muito obrigado pela sua presença.

**CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS MARTINS** – Tenho a honra de trazer a todos a mensagem do grupo de trabalho que discutiu Ambiente de negócios. As nossas propostas estão em cima de simplificação tributária, da reversão da atual insegurança jurídica e do licenciamento ambiental. O ministro Meirelles acabou tirando muito do meu discurso sobre ambiente de negócios, mas vou dar mais um dado: a CNI acaba de lançar um estudo de competitividade

que analisa a situação do Brasil e de 18 países em ambiente de negócios: estamos na 16ª posição. É vexatória a nossa situação porque são países medianos: não são países de grande desenvolvimento. Não é compatível com a nossa potencialidade, com a nossa capacidade. Somos reféns de um monte, de um emaranhado de coisas: as nossas jabuticabas que foram plantadas ao longo de todo esse tempo. Este é um momento de cautela, mas também é um momento que permite, nos permite sonhar. Em nossas discussões ficou muito evidente que não podemos nos limitar a temas menores. Nosso maior inimigo é o “não-dá”. Há pouco tempo atrás não dava para fazer PEC do teto de gasto público, reforma da previdência, trabalhista, do ensino médio. Com a sua habilidade, Sr. Presidente, com a competência de seu governo, junto com o Legislativo, as coisas começam a acontecer, isto é, graças a que: a sensibilidade e competência e saber negociar, mantendo o principal, saber trabalhar com aquilo que consiga atender os vários interesses conflitantes que existem. O que parecia impossível torna-se realidade. A partir das discussões, o GT traz as seguintes recomendações para sua análise e reflexão: Recomendação 1: *Sem aumentar a carga tributária, criar imediatamente IVA federal, a partir da junção de todos os tributos e contribuições federais sobre produção e consumo, sem se limitar ao PIS/Cofins, e, até o final de 2018, unificar tributos sobre o consumo (IVA federal, ICMS, ISS).* A carga tributária no Brasil é enorme e confusa: demanda energia desnecessária para ser cumprida e gera uma enorme insegurança jurídica. Ela precisa ser simplificada, mas isso deve ser feito em conjunto; a experiência demonstra que não temos tido sucesso quando feito item a item. Entendemos que se deva ter mais opções para poder equilibrar interesses: precisamos, em realidade, de uma reforma tributária estruturante – essa é a nossa grande mensagem. Recomendação 2: *Realizar um programa, com metas e prazos definidos, e ouvida a sociedade civil, voltado para reduzir a insegurança jurídica no país. O programa deve ter como objetivo, entre outros, garantir a não retroatividade de normas e atos do Poder Público, inclusive interpretativos, sobre contratos firmados em matéria tributária e regulatória. O programa deve incluir medidas legislativas, iniciativas junto ao Legislativo e ao Judiciário e a revisão sistêmica de atos do Poder Executivo - com destaque para normas e procedimentos administrativos.* Temos que acabar com a frase: “No Brasil, até o passado é incerto”. Durante as discussões no GT, surgiu uma brincadeira de que o ideal seria uma Emenda Constitucional com o seguinte teor: Artigo 1º Contrato vale; Artigo 2º Lei vale; Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário. Este é o sonho de todo empreendedor. Propomos criar mecanismos que garantam um ambiente de segurança jurídica na atividade econômica. Não é possível que normas e entendimentos sejam mudados aleatoriamente, criando passivos desconhecidos. Isto vale para a legislação ambiental, tributária, trabalhista e muitas outras. O custo dessa insegurança é enorme: reduz investimentos; inibe a geração de empregos; é inimiga da inovação e da competitividade. Recomendação 3: *Criar um sistema nacional informatizado de licenciamento unificado, estabelecer mecanismos de coordenação dos diferentes órgãos de licenciamentos e agrupar os processos por áreas de competências mais amplas (“guichê único”), com definição antecipada de critérios objetivos e aprovação por decurso de prazo.* A experiência demonstra que a centralização dos vários licenciadores em um único local agiliza muito o processo. Propomos o guichê único onde possam ser unificados o encaminhamento e os entendimentos de vários órgãos envolvidos, além de resolver o problema da superposição de atribuições. A aprovação do licenciamento ambiental tem que ter a responsabilidade pelo prazo. Recomendamos a aprovação por decurso de prazo. Sabemos que muitos entendem isto como um absurdo. Mas, se assim for, também é absurdo não ter responsabilidade alguma com prazo. Hoje, com a legislação ambiental: conjunto de leis



federais, estaduais, municipais, resoluções dos três níveis de governo, entendimentos e jurisprudência, é quase impossível uma decisão não poder ser questionada, devido a todo esse emaranhado. O agente público fica pressionado e, na prática, prefere não assumir o risco de uma decisão. Resultado: as coisas não andam e o cidadão não recebe o serviço que espera e a que tem direito. O Estado precisa dar apoio ao agente público que estiver tomando decisão de boa-fé no exercício de sua função.

**SRA. PATRICIA AUDI (Secretária da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social):** Obrigada, conselheiro José Carlos Martins. Agora, com a palavra, o conselheiro Lino de Macedo.

**CONSELHEIRO LINO DE MACEDO** – As três recomendações do GT Educação que passo a relatar foram as seguintes: *Recomendação 1: Implementar uma política nacional de formação inicial e continuada de docentes e gestores, com foco na prática, valorizando aspectos motivacionais, competências interpessoais e de liderança, articulada às carreiras por meio de certificação nacional e do estabelecimento da promoção em bases meritocráticas.* Esta primeira recomendação refere-se àquilo que tem valor de eternidade: valorizar a função dos professores e dos gestores que realizam a Educação Básica no Brasil, ou seja, das crianças de 0 a 17 anos. Esses professores e gestores precisam de uma melhor formação inicial, de uma formação continuada, do reconhecimento do seu mérito, da sua liderança, da sua autoridade e do lugar que eles têm hoje, mais do que nunca, porque é na escola que coisas que todos precisam aprender, se aprende; mesmo que se aprenda muita coisa fora da escola, a escola tem um lugar fundamental, porque é nela que o conhecimento científico, que hoje se chama tecnologia, e se expressa através da tecnologia; porque é nela que a convivência com regras, com limites e responsabilidades, com valores - a convivência institucional; é nela que essas coisas são aprendidas e são dominadas, obviamente incluindo aí o âmbito da família como instituição complementar. Felizmente, aqui no Brasil, já há alguns modelos que podem anunciar formas de diferenciar, de reconhecer, de valorizar aqueles que representam o que é fundamental para a sociedade, que é um professor, um gestor escolar, satisfeito com seu lugar profissional, reconhecido na sociedade. *Recomendação 2: Garantir a implantação da infraestrutura de conectividade por meio de wifi aberto e banda larga até as salas de aula, complementada pelo desenvolvimento de uma cultura digital, o que inclui: habilidades, conteúdos, ferramentas e plataformas, com objetivo de formar o cidadão do século XXI.* A segunda recomendação é sobre a cultura digital. Deu-me muita satisfação de ver, na publicação que foi distribuída sobre os números do Brasil, que, nas considerações iniciais da parte da educação, fala-se justamente deste problema. Não é só escola que é para todos: a internet e os recursos digitais são para todos os que trabalham na escola, os alunos, a família, os professores, os gestores, até porque a formação continuada do professor, do gestor, depende de uma boa internet, de bons recursos, de aulas digitais, enfim, de coisas que nós temos condições para desenvolver, para incrementar isso. Esta segunda recomendação articula-se com a terceira que trata da educação da criança pequena, da primeira infância. Antes, o futuro da educação - na educação tradicional, o compromisso do professor era falar e prover, em termos de valores e educação, aquilo que o futuro não poderia esquecer em função do passado; hoje, o futuro é o hoje e nós temos dois “hoje” que anunciam um futuro melhor para todos nós. Um é a cultura digital, como uma forma de pensar o mundo, de ser crítico. Infelizmente há opiniões que muitas vezes perturbam a discussão contributiva, participativa etc., mas isso faz parte

desse novo mundo, o pensamento crítico, o pensamento científico etc. Se hoje a cultura textual, a cultura escolar, infelizmente, e sobretudo no Brasil, expressa uma desigualdade social muito grande entre as pessoas, a pouca cultura digital, o desinteresse pela cultura digital, fará pior ainda no futuro para as crianças de hoje. *Recomendação 3: Coordenar, por meio de uma instância interministerial, a execução e o monitoramento do Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016), fomentando a realização de um pacto entre Governos Federal, Estaduais e Municipais, que possibilite sua efetiva ação.* Esta recomendação trata da importância de cuidar das crianças pequenas. Felizmente temos um marco legal, uma boa lei, que reclama a adesão de todos. Eu queria argumentar sobre a importância da educação da criança pequena pensando no futuro. Os meninos e as meninas que estão nascendo serão aqueles que nos substituirão, esperemos para melhor; eles são o futuro do mundo e esse futuro é hoje. E, para não dizer que não falei de mulher, é na barriga de uma mulher, são nas mamas de uma mãe, é no carinho, é na referência, é no cuidado, é no capricho, é no vínculo futuro e presente de uma mãe, de uma família, de um pai, referências para as crianças e dos educadores que cuidam dessas crianças, que nós haveremos de ter um futuro do mundo, com mais complexidade, com mais problemas e mais dificuldades, e com mais responsabilidade, e com melhor formação para essas crianças que estão nascendo, e, esperamos com um futuro auspicioso para elas.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE MICHEL TEMER (Presidente da República Federativa do Brasil – Presidência da República):** Vou pedir licença a doutora Patricia. Acho que para não ficar muito longe entre o que cada relator expôs, eu iria falar ao final, não é? Mas, como vinham esses dois tópicos, já vou dar uma resposta do governo, o que o governo pensa a respeito dessas sugestões. Fica mais próxima a preocupação com a resposta, não é? Primeiro é o grupo de trabalho sobre ambiente de negócios. E o que foi preparado é o seguinte: primeiro ponto levantado foi da reforma tributária. O governo até concorda com a direção apontada pelos conselheiros. Aliás, até o fim de março, agora neste março, nós adotaremos medida provisória para a simplificação das regras do PIS. E, até o fim do primeiro semestre, nós faremos o mesmo com relação ao COFINS. No segundo semestre, vamos lidar com o ICMS. Vamos aos poucos, mas vamos realizando mais ou menos na direção daquilo que o grupo levantou. Outra questão é o fortalecimento da segurança jurídica, que está embutida na sua fala né, doutor José Carlos? O Executivo vai se engajar na aprovação de uma proposta de uma emenda constitucional que é relatada pelo senador Romero Jucá, que trata da estabilidade das regras sobre investimentos privados. Contribuirá também para a aprovação do projeto de lei de autoria do senador Anastasia sobre segurança jurídica. Fundamental. As pessoas que mais nos indagam sempre querem saber como é que, se contratarem, terão segurança naquilo que contrataram. Também ainda na linha da simplificação e da racionalização que os conselheiros enfatizaram, fica oficialmente instalada hoje a Comissão de Consolidação dos Decretos de Caráter Normativo do Governo Federal. Os senhores e as senhoras podem imaginar quantos milhares de decretos existem a gerar uma confusão interpretativa extraordinária. Essa instância ficará encarregada da revisão sistêmica, dos atos normativos do Poder Executivo. E terá, na verdade, no tópico da segurança jurídica, um dos seus critérios principais. Eu devo até dizer que essa Comissão já está trabalhando, mas hoje ela está sendo instalada oficialmente em face da reunião do Conselho. Ainda em nome da segurança jurídica, eu quero dizer que nós estamos avançando com o projeto da lei das agências reguladoras. Nós ampliaremos a autonomia decisória e orçamentária dessas agências, bem como a transparência e o controle social de seus atos.

Outro tema que afeta os cálculos de investidores é o licenciamento ambiental. Sensível a estas propostas formuladas pelos conselheiros, o ministro Zequinha Sarney está trabalhando nisso há muito tempo, não é? Nós estamos determinando que concluam, em até 60 dias. Os estudos já vão avançados, não é ministro Sarney? Já vão avançados, mas que concluem em até 60 dias propostas para simplificação e a transparência do licenciamento ambiental, inclusive com a fixação de prazos máximos para decisão sobre emissão de licenças. Os senhores sabem: uma das grandes queixas hoje é o retardamento na emissão de licenças ambientais. E ainda nesse ambiente, nesse capítulo ambiente de negócios, o projeto da Rede Nacional de Simplificação, com a qual estamos evoluindo rumo ao chamado Guichê Único. Com a implantação da Rede Nacional, o tempo de abertura de empresas, como foi salientado pelo ministro Meirelles, que hoje pode chegar a mais de 100 dias, será reduzido para em média - aqui fala em cinco dias, mas fico um pouco preocupado, não é, Meirelles? Cinco dias para abrir a empresa? Se o ministro da Fazenda... Vocês cobram dele depois se não der certo - mas em cinco dias. Quer dizer, é uma redução. Isso eu vejo nas viagens internacionais. As pessoas dizem: Poxa, mas para abrir uma empresa no Brasil, leva um tempo danado, um tempo enorme, precisa simplificar esse sistema. Muito bem. E quanto ao grupo educação básica, professor Lino, a primeira proposta da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Docentes e Gestores, e nós vamos apresentar pelo Ministério da Educação em 120 dias - não é, Mendonça? - uma proposta para essa Política de Formação Inicial e Continuada dos Docentes. Até nós prepararemos o caminho para a implantação da base nacional comum curricular. Segundo, levantamento de informações de melhores práticas de gestão de carreira docentes. O objetivo é a constituição de banco de dados a ser disponibilizado para estados e municípios. Já há trabalhos sobre isso. Tudo fruto dessas reuniões preliminares que os grupos fizeram nesse período. A Patricia e o Padilha foram consultando os ministérios e estabelecendo isto que estou mencionando aqui. Terceiro ponto: o projeto de inclusão digital em educação. Nesse caso, o Ministério da Educação, trabalhará em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicações. A meta é universalizar o acesso das escolas a ferramentas e plataformas digitais até 2022. Já em 2018, em face desse trabalho, nós propiciaremos acesso a banda larga de qualidade para cerca de 22 mil e 400 escolas públicas. E na seara da educação básica, mencionado por vossa senhoria, estamos criando hoje, em atendimento à recomendação do Conselho, um Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para Primeira Infância. Está sendo criado hoje, em face das ponderações do Conselho. Portanto, nós garantiremos, no âmbito da União, a proteção e a promoção dos direitos da criança na primeira infância, no que vem trabalhando o ministro Osmar Terra. Então podemos passar para o terceiro tema.

**SRA. PATRICIA AUDI (Secretária da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social):** Obrigada Sr. Presidente. Imediatamente passo então a palavra para o conselheiro Roberto Rodrigues apresentar as recomendações do GT Agronegócio.

**CONSELHEIRO ROBERTO RODRIGUES** – Sr. Presidente, em 26 anos a área plantada com grãos no Brasil cresceu 57% e a produção de grãos cresceu 278%, mais que quintuplicando. Hoje cultivamos 59 milhões de hectares com grãos. Se tivéssemos hoje a mesma produtividade de 25 anos atrás seriam necessários mais 84 milhões de hectares para colher a safra deste ano – que, por sinal, é recorde mais uma vez. Isso prova a sustentabilidade do nosso agronegócio. Nós preservamos 84 milhões de hectares de desmatamento. Sustentabilidade essa que também é comprovada pela agroenergia, na qual o etanol emite

apenas 11% do CO<sub>2</sub> que a gasolina emite. As razões desse avanço espetacular são: tecnologia tropical sustentável desenvolvida aqui no Brasil; terra disponível; gente empreendedora, capaz e competitiva; e demanda externa de alimentos, energia e fibras dos países emergentes. Produtores rurais brasileiros, de todos os tamanhos e lugares do país, demandam, à montante, insumos que são fornecidos por uma sólida indústria de fertilizantes, defensivos, máquinas, equipamentos, sementes e mudas, e também serviços como crédito, seguro, transporte e armazenagem, e, à jusante da produção, há uma moderna indústria de alimentos, embalagem e distribuição. Tudo isso forma um conjunto chamado agronegócio, de cadeias produtivas que equivalem a 23% do PIB nacional, gera 25% dos empregos do país, sendo o único setor que não desempregou no ano passado e representa mais de 80% do saldo comercial do país. Mas agora o mundo precisa do Brasil. Segundo a OCDE, é necessário aumentar em 20% a produção mundial de alimentos em 10 anos. Mas para que o mundo atinja esse número, o Brasil precisa crescer 40%. Para atender essa demanda mundial, que quer que o Brasil seja o campeão mundial da segurança alimentar, é preciso desenvolver uma série de temas estratégicos sobre os quais o grupo de trabalho do Agronegócio se debruçou e apresenta as seguintes recomendações: *Recomendação 1: Estabelecer a plurianualidade para o Plano Safra - para o que é fundamental a realização do censo agropecuário - com ênfase no aprimoramento do seguro rural, fortalecendo a assistência técnica para difusão de tecnologias sustentáveis e a regularização fundiária.* Estabelecer a plurianualidade do Plano Safra, uma vez que a agricultura é de longo prazo e é preciso ter segurança no processo de investimento. Para isso é fundamental que o censo agropecuário seja realizado. Nosso censo, o último é de 2006, a agricultura mudou enormemente. O país mudou demais de lá para cá. E sem o censo nós não sabemos que política desenvolver, inclusive associando esse censo à regularização fundiária, com ênfase no seguro rural, que é essencial para um país moderno. E fortalecer a assistência técnica para a questão da sustentabilidade de nossas tecnologias. *Recomendação 2: Ampliar o acesso a mercados por meio da celebração de novos acordos comerciais, da promoção da sustentabilidade da produção agropecuária-florestal brasileira e mecanismos de agregação de valor.* Não queremos exportar milho ou soja, em grão. Queremos exportá-los embutidos numa asinha de frango para a China. *Recomendação 3: Destruar os investimentos para adequação da infraestrutura logística, com segurança jurídica e parcerias público-privadas, fundamental para a competitividade da produção agropecuária-florestal.* Este tema está no dia-a-dia de hoje. Estamos colhendo uma safra recorde, mas ela está indo para o ralo por causa de uma logística ridícula, vergonhosa, que está fazendo se perder a produção, não o produtor rural. O Brasil está perdendo, que deixa de exportar e perde uma parte de sua riqueza aqui gerada. São questões recorrentes, conhecidas há muitos anos, mas, se finalmente enfrentarmos e resolvermos estas questões, faremos do Brasil o campeão mundial da segurança alimentar e, por conseguinte, o campeão mundial da paz. Porque não há paz onde houver fome. Essa é a missão que mundo pede que o Brasil cumpra. Vamos fazer isso. Estamos prontos para isso.

**SRA. PATRICIA AUDI (Secretária da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social):** Agora com a palavra, Sra. Marina Cançado.

**CONSELHEIRA MARINA CANÇADO** – É uma honra representar o grupo desburocratização e governo digital, como o chamamos. Antes de começar, gostaria de ressaltar o quanto me surpreendi positivamente com a experiência, pois lendo as recomendações eu consigo

perceber um pé no presente, que é apagar os incêndios, mas ao mesmo tempo elas já dão um sinal de base de futuro. As recomendações do Grupo vão comentadas a seguir. *Recomendação 1: Implementar programa de desburocratização e governo digital, ligado à Presidência da República, apresentando em 3 meses um plano de metas com ênfase nas ações até 2018. Entre as ações desse plano deve estar prevista a retomada do Registro de Identidade Civil (RIC) e a criação de portais de serviços para cidadãos e empresas.* Trata-se de implementar programa de desburocratização e governo digital, que não só pense como o Estado brasileiro vai atuar no século XXI, qual a nova plataforma para isso, mas que, ao mesmo tempo, dê continuidade às ações que diversos ministérios vem desenvolvendo, como, por exemplo, a criação de portais de serviços para os cidadãos e empresas, resgatar o processo de Registro de Identidade Civil (RIC), entre outros. A ideia é que esse programa seja um grande *hub* que vai pensar a plataforma tecnológica do Estado e talvez fazer uma releitura da burocracia weberiana à lente do *mindset* digital e, ao mesmo tempo, consolidar, organizar, coordenar as várias ações já em andamento. *Recomendação 2: Desenvolver planejamento integrado das ações governamentais no curto, médio e longo prazos, e executá-lo com mecanismos de acompanhamento, transparência e comunicação das metas e indicadores de resultados, com a definição de responsabilidades.* Na reunião com integrantes do governo no âmbito do GT, foi-nos informado que existem 75 planos setoriais, porém fragmentados. Então o que se propõe é desenvolver o planejamento integrado, que pense no urgente e no futuro e, a mesmo tempo, que venha junto, na sua execução, com mecanismos efetivos de transparência para a sociedade. O governo está fazendo muitas coisas relevantes e importantes, mas nem sempre atinge a sociedade e aí começa a gerar a desconfiança ou a incerteza. Portanto, é importante que esse planejamento integrado seja transparente, inclusive com a definição de responsáveis; muitas vezes não fica claro para a sociedade civil quem está responsável pelo quê. *Recomendação 3: Revisar o Decreto nº 6.932/2009, estendendo-o às pessoas jurídicas e explicitando o princípio da boa-fé.* Trata-se de estabelecer uma cultura de confiança no Brasil. E é só com confiança que se vai fazer esta travessia, que é revisar o Decreto do cidadão, que já estabelece uma série de simplificações de documentos, tira a exigência de uma série de documentações. Ele vai ser chave para que se consiga uma cultura de confiança no Brasil. Citando Hélio Beltrão: “O brasileiro é simples e confiante; a Administração Pública herdou do passado e introjetou em seus regulamentos a centralização, a desconfiança e a complicação; a presunção da desonestidade, além de absurda e injusta, atrasa e encarece a atividade privada e governamental”.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE MICHEL TEMER (Presidente da República Federativa do Brasil – Presidência da República):** Olha, eu já vou passar a resposta, agradecer desde já também a colaboração do doutor Roberto Rodrigues e da doutora Marina Cançado, que trouxeram muitas achegas importantes para o nosso debate tal como fizeram os dois grupos anteriores. E, portanto, aliás, quero dizer ao doutor Roberto que é uma coisa importante, que é o Censo Agropecuário. Está aqui o Paulo Rabello de Castro, que conseguiu até 25 mil recenseadores e supervisores que começarão seu trabalho em outubro deste ano. O Censo Agropecuário é uma coisa importante para levar adiante as várias evoluções que se deram no setor do agronegócio. E a partir desse censo é que se dará início a pesquisas mais pormenorizadas, não é? É também mencionado aí a importância do caráter plurianual do plano safra. Eu estou determinando aos ministérios da Agricultura e da Fazenda, bem como a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, que apresente em até 60 dias os estudos para sua viabilização. É algo que, mais uma vez,

resulta das ponderações que o grupo fez, doutor Roberto. E ainda nós somos muitos sensíveis, embora falado de passagem, às considerações deste Conselho com seguro rural. Também estou determinando aos órgãos competentes que apresentem em até 180 dias para ampliar e aperfeiçoar o seguro. Quanto à assistência técnica, o contrato que o governo mantém com Anater, que é Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, será ampliada, e a notícia estatística que eu tenho aqui é de que isso beneficiará 110 mil agricultores em todo o Brasil, sendo 60 mil na região do semiárido. Às vezes até, deixa eu contar um episódio, vocês sabem que lá no Norte, Nordeste, havia muita gente que ia apanhar os empréstimos lá no Banco do Nordeste. Sacava 20, 30 mil [reais], não consegue pagar pelas mais variadas razões e aquilo passava de uns tempos em diante a 100, 150 mil reais. E daí é que não se pagava, porque era gente até da agricultura familiar. Há tempos atrás nós editamos uma medida provisória, depois convertido em lei, que me permitiu ir ao Ceará e, lá, inaugurar, digamos assim, a possibilidade da regularização desses empréstimos junto ao Banco do Nordeste. Para se ter uma ideia, o cidadão chega lá e, se ele puder oferecer 5% do débito, ele quita o débito e, quitando o débito, é claro, restabelece o crédito, que é tão importante mesmo para aqueles pequenos agricultores. Também há um dado importante que eu sei que foi mencionado, que é a chamada regularização fundiária, e, neste tópico, nós editamos uma medida provisória. Nós vamos mais que dobrar a titulação de propriedades rurais e assentados em comparação com os 13 anos anteriores. Nós vamos fazer 60 mil titulações em 2017, comparados a 22 mil que foram feitas a 2003 a 2016. Eu nunca consegui compreender bem porque que o sujeito tem lá terra e não recebe o título. Devem ter razões outras, que não importa aqui comentar, que levam a não titulação. Como, aliás, até aprovei. O Bruno Araújo está aí, das Cidades. Nós vamos também fazer. Estamos providenciando os estudos finais para a regularização fundiária nas cidades. Vocês sabem, nas cidades, quantas pessoas têm a sua casinha e não tem endereço. Está lá há muito tempo e não tem a regularização, seja da posse, seja da propriedade. É algo que nós vamos fazer. E também no tocante ao que o doutor Roberto mencionou, o acesso aos mercados internacionais. Uma vitória muito recente, obtida pelo Blairo Maggi, foi exatamente a liberação de exportação de nossa carne bovina para os Estados Unidos. Uma luta que já durava 17 anos. E também fruto das andanças que todos nós fizemos, mas, no particular, o ministro Blairo Maggi pela Ásia e por vários outros países. Firmamos e vamos ampliar nossa parceria comercial com países como a África do Sul, Canadá, Catar, Singapura, Egito, Israel, Marrocos, Vietnã, Japão, Coréia do Sul, Rússia e China. Nós estamos ampliando os mercados, que é para dar vazão a essa produção extraordinária da agricultura e da agropecuária no nosso país. Esse trabalho, digamos assim, de diplomacia agrícola, envolve também mostrar ao mundo que no Brasil se faz agropecuária com sustentabilidade ambiental, que é o que está sendo feito aqui no país. Quanto à questão da desburocratização e modernização do Estado, levantado pelo grupo da doutora, relatado pela doutora Marina Cançado, nós estamos criando hoje um foro que aconselhará o presidente sobre meios para simplificar e modernizar a administração. A partir de hoje. E também estamos aproveitando o banco de dados biométricos da justiça eleitoral para modernizar a identificação civil em todo país. Aliás, o presidente Rodrigo Maia, há pouco tempo atrás, aprovou uma matéria nessa direção relatada até pelo deputado Júlio Lopes, que vai sendo aplicada conjugadamente com esse banco de dados da justiça eleitoral. Também criamos a plataforma de Cidadania Digital, que disponibiliza em um só portal todos os serviços públicos digitais. Ou seja, nós estamos caminhando nessa direção e, evidentemente, caminhando em face de todas essas atuações parcelares do nosso Conselho. Também ouvi com muita atenção as considerações sobre a

necessidade de desenvolvermos planejamento de mais longo prazo. Nós até recriamos, não em nível de ministério, mas em nível de secretaria, junto à Secretaria-Geral da Presidência. Na Secretaria-Geral da Presidência, nós criamos uma Secretaria de Assuntos Estratégicos, precisamente para levantarmos e estudarmos todos esses temas. Então, isso revela que o nosso planejamento de longo prazo se desdobra em estratégias, com metas, indicadores de resultados. E ainda em tema de desburocratização e modernização, para atender a recomendação específica do grupo de trabalho, estou determinando à Casa Civil, à Fazenda, ao Planejamento, ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e à Advocacia-Geral da União, que apresentem, em até 30 dias, a revisão do Decreto 6.932, de 2009, estendendo às pessoas jurídicas e explicitando o princípio da boa-fé. Vamos passar ao novo grupo.

**SRA. PATRICIA AUDI (Secretária da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social):** Nosso último relator é o Dr. Sérgio Paulo Gallindo, do GT Produtividade e Competitividade.

**CONSELHEIRO SERGIO PAULO GALLINDO:** O grupo de Produtividade e Competitividade se debruçou sobre a situação do Brasil em relação a outros países usando vários relatórios, mas como base principal o relatório de competitividade global do *World Economic Forum*, onde o Brasil figura na posição 81 em termos de competitividade, atrás de todos os países dos BRICS e bem atrás dos países líderes, como Alemanha e Estados Unidos, que são 4ª e 3ª posição. China está em 28. E é sobre essa situação que o grupo se debruçou nas suas análises. E o diagnóstico apontou primeiramente, na 1ª recomendação: *Estimular a produção e difusão de ciência, tecnologia e inovação por meio de políticas de Estado que incluam: (i) aperfeiçoamento da Lei do Bem (com a inserção de pequenas e médias empresas, reintrodução da Política de Inclusão Digital, a efetividade na fruição dos créditos, e incorporação de direito autoral decorrente de P&D), (ii) o aperfeiçoamento e a regulamentação do Código de CT&I, potencializando a colaboração universidade/empresa, (iii) a massificação dos programas de extensão tecnológica, (iv) o apoio ao empreendedorismo inovador, (v) o fomento aos meios de financiamento e ao capital de risco e (vi) a agilização do sistema de reconhecimento de patentes.* Ela é o reconhecimento de que a ciência, tecnologia e inovação precisa ser a prioridade nacional. Em que pese que nós tenhamos tido uma grande evolução da produção científica e do crescimento dos setores de tecnologia, é necessário aperfeiçoar primeiramente os instrumentos de incentivo e fomento à produção de ciência, tecnologia e inovação, privilegiando as pequenas e médias empresas que hoje estão à margem desses instrumentos. E também incluindo o desenvolvimento de software, que hoje é o principal instrumento para trazer inovação a todos os produtos e serviços. O grupo também recomenda a potencialização da colaboração entre universidade e empresas; a massificação de programas de extensão tecnológica, principalmente voltadas para pequenas e médias empresas, que podem trazer ganhos de produtividade enorme, como já demonstrado pelo programa Brasil Mais Produtivo do MDIC; a mitigação das assimetrias dos mercados de crédito e dos mercados de capital de risco, como apoio ao fomento a inovadoras, mais especialmente nas *startups*; e a agilização do sistema de reconhecimento de patentes, um problema antigo no Brasil e que, na verdade, prejudica, em muito, a capacidade de o Brasil inovar. 2ª. Recomendação: *Formular e implementar políticas de Estado para o desenvolvimento de infraestruturas de logística, digital, de telecomunicações e de energia de fontes diversas, ampliando as condições fundamentais*

*para alavancar a competitividade das cadeias produtivas, por meio de estímulo ao investimento, intensificação das concessões e parcerias público-privadas, bem como racionalização e integração da regulação e de processos de fiscalização aplicáveis.* Ato conseqüente, o grupo se debruçou sobre um problema bastante conhecido que é a questão da ineficiência ou da precariedade da nossa infraestrutura nacional. Há aqui um reconhecimento de plano, algo que já é bastante corriqueiro, da infraestrutura relacionada à logística: portos, aeroportos, estradas, vias de transportes de um modo geral. Entretanto, o grupo alargou a visão em relação à questão das infraestruturas, incluindo o que chamamos de infraestrutura digital. Aqui, em termos práticos, estamos falando dos *datacenters*, as grandes fábricas da ciência da computação, da tecnologia da computação. Falamos também das telecomunicações, aqui com foco bastante específico na banda larga, no acesso à internet de banda larga e na combinação desses dois elementos como aqueles que vão entregar para a nossa sociedade, as grandes empresas e aos cidadãos, os modernos serviços na nuvem. Essas são as infraestruturas essenciais. Terminamos aqui também falando das infraestruturas das energias, de diversas fontes. Temos grandes potenciais em todas elas, e todas precisam ser desenvolvidas. O grupo fez questão de pontuar que todo esse investimento em infraestrutura deve ser canalizado principalmente em parceria com a iniciativa privada. E essa parceria deve ser no sentido de dar protagonismo à iniciativa privada como agente de realização dos investimentos e da operação desses investimentos no âmbito prático. O grupo também identificou a necessidade de racionalização de toda a parte de regulamentação e dos processos fiscalizatórios, no sentido de aumentar a segurança jurídica, e aumentar a confiança dos investidores de um modo geral, para que tragam investimento em infraestrutura e dotar o Brasil da capacidade produtiva de que precisa. 3ª. Recomendação: *Modernizar a legislação trabalhista para adequar-se às mudanças no mundo do trabalho (por exemplo: formas de contratação, remuneração, jornada de trabalho e terceirização) e fortalecer a negociação coletiva, promovendo maior segurança jurídica nas relações de trabalho para trabalhadores e empregadores.* Dois assuntos comuns entre o Ambiente de Negócios e o grupo de Produtividade e Competitividade são o que consideramos as reformas efetivamente estruturantes para o Brasil. O nosso grupo devotou mais atenção à reforma trabalhista, determinada basicamente por três pontos essenciais. O primeiro é o fortalecimento dos acordos coletivos de trabalho, para que através dos acordos, sem a pressuposição da hipossuficiência do trabalhador, se possa, na verdade, avançar no sentido de atender às expectativas do trabalhador do futuro, do trabalhador da era do conhecimento, o trabalhador da era digital, como mencionou a Marina. O segundo aspecto é a legitimação da terceirização, como uma ferramenta moderna de gestão empresarial usada no mundo inteiro, que dela seja retirado o conteúdo de ilicitude das relações trabalhistas. O terceiro aspecto é, de fato, um conjunto de aperfeiçoamentos e melhoramentos do ordenamento, tanto legal quanto infra legal, aplicados sobre o trabalhador brasileiro, no sentido de flexibilizar gozo de férias, permitir o *home office* (ou tele trabalho) e uma série de outros benefícios que atendem as demandas dos jovens que adentram o mercado de trabalho. Essa reforma é essencial para a gente reduza o tamanho da litigância em matéria trabalhista no Brasil, o volume dessa litigância. E também os bilhões de reais que estão retidos nos passivos trabalhistas das empresas que operam no Brasil. Por fim, o grupo me incumbiu também de reforçar a sugestão dada pelo grupo de Ambiente de Negócios em relação à reforma tributária estruturante, com o apoio à unificação dos tributos sobre o consumo, entendendo que tais reformas podem e devem ser implementadas no longo prazo, mas que a decisão é urgente. A decisão, Senhor Presidente,



precisa ser tomada ainda neste governo. Há também uma reflexão sobre o custo do trabalho no Brasil. O nosso trabalhador não é competitivo em relação ao trabalhador de outras áreas do mundo, de países da Ásia, do leste Europeu, e mesmo aqui das Américas. E nós temos uma pesada carga de oneração sobre a folha de pagamento. É necessário fazer uma reflexão sobre fontes alternativas de financiamento da previdência que não onerem o trabalho e que sejam baseadas na renda nacional e que não faça com que, ao exportar serviços, a gente exporte tributos, que é o que nenhum outro país faz. E, além disso, há também uma reflexão sobre o impacto que as políticas tributárias têm sobre o mercado de trabalho que hoje, no nosso entendimento e como estudos determinam, é bastante disfuncional. Encerrando, queria ressaltar, e isso foi consenso também no grupo, que nós vivemos um momento único. Quem pensaria que nós teríamos hoje uma PEC dos limites do gasto público aprovada. Uma PEC da previdência em tramitação e discussão no Congresso Nacional. Vários projetos falando sobre reforma trabalhista hoje em tramitação no Congresso Nacional. Nós vemos hoje uma forte harmonia entre os poderes críticos da República: o Poder Executivo e o Poder Legislativo. E esta é uma oportunidade que nós não podemos perder. Esta é uma oportunidade que precisa ser aproveitada hoje, aqui, agora, nesses próximos meses, para que possamos fazer essas reformas verdadeiramente estruturantes, principalmente no cenário trabalhista e no tributário. Então, honrado pela representação do grupo, Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, liderem-nos nessa jornada de transformação para que possamos deixar um grande legado para as brasileiras e brasileiros das gerações futuras. Muito obrigado.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE MICHEL TEMER (Presidente da República Federativa do Brasil – Presidência da República):** Muito obrigado, doutor Sergio Paulo Galindo. Eu até começo pela questão trabalhista. O presidente Rodrigo Maia me dizia aqui ao ouvido que a próxima semana será votada a matéria referente à terceirização. E há hipótese, pelo menos aventadas, de que será aprovada. Quanto à legislação trabalhista, eu mencionei durante a minha fala que nós providenciamos um projeto de lei regulando as relações trabalhistas e começando por uma regra que é fundamental nessa matéria, tal como expressada agora por vossa senhoria, que é a questão do acordado sobre o legislado. E é interessante, isto vem por meio de uma lei, mas é uma lei que faz simplesmente regulamentar o texto constitucional. Se os senhores examinarem os direitos sociais na Constituição brasileira, os senhores verificarão que há lá 30 ou 35 incisos, todos eles, naturalmente, protetores com muita legitimidade do trabalhador e elencando quais são os direitos do trabalhador. Mas, um desses incisos, o inciso 10, trata exatamente - a expressão é essa -, do reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho. Então, ora, não tem sentido como interpretação sistêmica que as convenções coletivas fossem para repetir aqueles 35 incisos que já estão arrolados entre os direitos sociais. Evidentemente, quando se fala em convenção e acordo coletivo de trabalho é para fazer prevalecer a vontade dos contratantes e, portanto, para estabelecer normas que não sejam apenas aquelas elencadas neste capítulo dos direitos sociais. Portanto, o que esta lei fará é regulamentar esse dispositivo constitucional porque o reconhecimento dos acordos e convenções coletivas de trabalho já está previsto no texto constitucional. Então, sem nenhum prejuízo ao trabalhador. Que ninguém vai suprimir direito já assegurado constitucionalmente, como férias, FGTS, 13º salário, descanso semanal remunerado, verbas rescisórias, está garantido pelo texto constitucional. Mas o parcelamento do gozo de férias anuais em até 3 vezes, por exemplo, interessa muitas vezes ao empregador e ao empregado,

depende de um acordo de vontades. Pactuar a forma de cumprimento da jornada de trabalho também depende da vontade. Pode ser que as pessoas digam: olhe, para mim é melhor trabalhar 10 horas por dia e folgar três ou quatro dias por semana ou ter três ou quatro dias para trabalhar em outro local. Essa é uma pactuação entre empregado e empregador. A fixação daquelas horas que são cobradas, o itinerário de trabalho, pode ser pactuado entre empregador e empregado para não haver depois dúvida na Justiça do Trabalho. A remuneração por produtividade é algo que pode ser pactuado precisamente entre trabalhador e empresário. Portanto, respondendo as suas preocupações legítimas e as preocupações do grupo, eu quero dizer que já está avançado e a tendência é que nós venhamos aprovar, como disse no início dessa reunião, esta regulamentação do texto constitucional estabelecido por lei. Até o ministro Helder me pede para lembrar que a lei do Banco do Nordeste, a mesma repactuação, no caso das dívidas agrícolas, foi (incompreensível) o banco da Amazônia. Também não foi só o Nordeste, mas também a Amazônia. E para comentar outros dados que o doutor Sergio Paulo trouxe à Fazenda, o Planejamento, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, deverão apresentar em até 60 dias a proposta de aperfeiçoamento da lei do bem, que é o que os senhores levantam. E levantaram isso com muita frequência no grupo. Também são constituídos, nesses ministérios, a produzirem em até 60 dias proposta de aperfeiçoamento da regulamentação do código de Ciência, Tecnologia e Inovação. Mais ainda, o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações concluirá no segundo semestre de 2017 uma estratégia de longo prazo para a economia digital. E eu devo dizer também que até o final de março estará disponível o módulo relativo ao modal aéreo do Portal Único do Comércio Exterior para cargas exportadas a partir de Viracopos, Guarulhos, Galeão e Confins. Em abril, os modais marítimo e fluvial. Então, eu quero dizer aos senhores mais uma vez que essas reuniões do Conselho não têm ficado apenas nas palavras, mas também fixada por escrito e executadas. “*Verba volant, scripta manent*”. Não é verdade? Então vamos executar tudo isso que está sendo feito. Os senhores já perceberam e as senhoras que todas as conclusões do curso foram detidamente examinadas pelos vários ministérios e já podemos trazer aqui vários encaminhamentos que irão se consolidando ao longo do tempo. Portanto, nessa primeira parte dos trabalhos, mais uma vez agradeço, eu passo a palavra à doutora Patricia.

*Neste momento, o Presidente da República assina o decreto que cria o Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância, no âmbito da União. O Presidente assina também o decreto que cria o Conselho Nacional para a Desburocratização.*

**SRA. PATRICIA AUDI (Secretária da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social):** Muito obrigada, Senhor Presidente. Nós teremos agora mais algumas intervenções, seguindo a política de ouvir todos os conselheiros. Pediria a compreensão dos cinco novos conselheiros que se inscreveram para esse pleno, explicando que os senhores já estão imediatamente inscritos para o próximo. Infelizmente, seguindo a ordem e o horário, nós deixaremos as inscrições para a próxima reunião. Imediatamente, passo a palavra para o conselheiro Armando Vale para intervenção de cinco minutos.

**CONSELHEIRO ARMANDO VALLE:** Primeiramente, queria dizer que é uma honra participar do Conselho. O tempo de trabalho que foi dedicado aqui não foi pequeno. Foram quatro dias dedicados a isso. Foi importante a reunião com os representantes do governo para

entender o andamento que está sendo dado. Queria então avançar um pouco e olhar uma questão mais imediata que foi falada hoje, que é a atenção à exportação industrial. Quando olhamos os dados da indústria eletroeletrônica, ela perdeu 5% em relação ao ano passado, para um mercado fora daqui, onde não houve crise. É necessário olhar para esse segmento com muita atenção em todas as medidas de simplificação. O *Drawback* ainda é um instrumento muito complicado de operação para o exportador. Minha empresa é uma empresa grande e sente nisso uma dificuldade enorme. O RECOF (Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Aduaneiro Informatizado) é um sistema caro, e também de difícil implantação. Facilitar os mecanismos de importação e exportação ajudará a impulsionar esses negócios. O dólar a U\$3,10 não joga a exportação no lugar certo. Ele atrapalha a exportação, quebra contratos. Mais do que isso, a amplitude da variação em pequenos espaços de tempo. Isso quebra qualquer negociação internacional. Contratos de exportação sempre tem mais de um ano, são de dois ou três anos. E variações nessa ordem de 30 a 25% levam a um problema grande. Voltando à questão da burocratização, para exportar se exigem oito formulários diferentes. Para importar, são seis. Não há liberação de container com menos de quatro dias no Brasil. Em qualquer lugar do mundo onde se foque em exportação, isso acontece em dois dias. O resíduo tributário dos impostos da importação ainda é um problema. Quanto mais mão de obra no produto importado, maior o resíduo de PIS/COFINS. E ele vai de 3-7%. Temos estudos que comprovam e mostram: é impossível exportar imposto. Somando medidas de médio e longo prazo, que apontam na direção certa mas são lentas, a simplificação da exportação pode dar um impulso diferente e vir na mesma direção da liberação do fundo de garantia e aumento do limite de crédito. Existe ainda um outro problema que se chama aplicação de sobretaxa sobre *drawback*. As importações e *drawback* deveriam estar imunes ou isentas às discussões de sobretaxa na importação. Esse é um problema que a gente vem discutindo com os ministérios e ele precisa de uma finalização. O exportador não pode ficar exposto a essa discussão sobre sobretaxa e todos os processos que entraram nisso. Sendo assim, Presidente, acredito que, somadas às medidas de médio e longo prazo, a exportação pode mudar os ponteiros para o mercado internacional de uma forma muito rápida, e ajudar o país a acelerar ainda mais a saída da crise. Era essa a minha fala. Obrigado. Bom dia.

**SRA. PATRICIA AUDI (Secretária da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social):** Dr. João Carlos Marchesan, por favor.

**CONSELHEIRO JOÃO CARLOS MARCHESAN:** Senhoras e senhores, Senhor Presidente. Desde que o senhor, efetivamente, assumiu a Presidência da República, tivemos a clara percepção de um presidente corajoso, que pegou o Brasil na sua maior crise dos últimos oitenta anos. Está enfrentando os problemas com competência e dignidade. Os controles de gastos públicos já implantados, as reformas da previdência, trabalhista e tributária em andamento. Aumentou a confiança de quem produz nesse país. No entanto, é fato que milhares de empresas fecharam suas portas e outras tantas estão trilhando o mesmo caminho. O desemprego alcança cerca de treze milhões de pessoas e o ambiente social mostra-se mais instável e perigoso. No nosso caso, a Abimaq coordena sete mil e quinhentas empresas. O faturamento das indústrias fabricantes de bens de capital no ano passado foi reduzido praticamente à metade do obtido em 2013, com óbvias consequências para a saúde financeira das empresas. É chegado o tempo, portanto, de o governo começar a dedicar o mesmo empenho dado no controle dos gastos às medidas de retomada do crescimento e ao

controle da inflação. Infelizmente, não é o que estamos vendo. Os juros de mercado que afetam diretamente as empresas e os consumidores embutem *spread* de até três dígitos. O câmbio está em um patamar que, além de tirar a competitividade na exportação, volta a subsidiar as importações, sem dizer que o crédito continua extremamente difícil. As medidas voltadas diretamente ao setor produtivo são claramente insuficientes. Por exemplo, o programa de regularização tributária não atende minimamente às necessidades das pequenas e médias empresas e impede a normalização das dívidas tributárias, deixando a maioria de nós, industriais, à margem da legalidade fiscal e sem possibilidade de acesso a financiamentos competitivos necessários, quando finalmente voltarmos a crescer. Há um amplo consenso de que a retomada do crescimento passa obrigatoriamente pelos investimentos e pelas exportações. Portanto, com surpresa, que acompanhamos ao longo das duas semanas, notícias veiculadas pela mídia brasileira, dando conta de estudos da equipe econômica para mudar o cálculo da TJLP – taxa de juros a longo prazo, utilizada pelo BNDES, como taxa básica para financiar os investimentos. A forte redução na demanda de recursos do BNDES prova que o custo atual de financiamentos, hoje na ordem de 14 a 15% ao ano, para o comprador de máquinas e equipamentos, já não é estimulante por estar bem acima da rentabilidade das empresas, e, portanto, não tendo sentido nenhum propor mudança que implique em seu aumento. A redução da SELIC, já iniciada, é o caminho correto para a convergência das taxas. Para piorar o quadro, a política de conteúdo local é questionada pela equipe econômica que sugere, simplesmente, a sua extinção. Esta equipe atribui à política de conteúdo local, culpas e responsabilidades que, na verdade, são de outros. Nós não defendemos reserva de mercado. Mas acreditamos que, enquanto não forem eliminadas as assimetrias que retiram a nossa competitividade, este tema não deveria entrar na pauta. Em resumo, Sr. Presidente, o acúmulo de notícias negativas que impactam o setor produtivo e de empregos nos deixam em dúvida se o governo tem clara a dimensão do risco para a própria sobrevivência, não da indústria dos fabricantes de bens de capital, mas também de boa parte da indústria brasileira. Ou se a sobrevivência da indústria de transformação não está entre as prioridades do governo. Esta pergunta tem que ser respondida com ações que confirmem, efetivamente, que o governo entende que a indústria de transformação é indispensável para a construção de um país desenvolvido com empregos de qualidade e distribuição de renda. Senhor Presidente, vivemos no melhor país do mundo. Está tudo por fazer nesse país. Nós estamos padecendo no paraíso. Temos muita esperança, do verbo esperar, de não ficar esperando. Mas de fazer as coisas acontecerem, colaborar, contribuir, para a sua construção. Esta ponte para o futuro que está sendo construída pelo seu governo, Presidente, precisa da indústria para assegurar a retomada do desenvolvimento com geração de empregos, distribuição de renda, para termos o país que todos nós desejamos.

**SRA. PATRICIA AUDI (Secretária da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social):** Conselheira Marina Grossi, por favor.

**CONSELHEIRA MARINA GROSSI:** Eu represento o setor empresarial. Mais especificamente o setor empresarial comprometido com os temas da sustentabilidade. O Conselho empresarial que eu presido entende que o caminho para uma economia de baixo carbono é inexorável e representa uma oportunidade para o Brasil transformar as suas vantagens comparativas finalmente em vantagens competitivas. Já se imaginou no passado que ações econômicas relacionadas com mitigação dos malefícios dos gases de efeito estufa trariam contenção do

desenvolvimento e retração econômica. Hoje sabemos que, como disse recentemente Obama em artigo publicado na revista Science, é o contrário que ocorre: sustentabilidade é uma importante alavanca para o aumento da eficiência, da produtividade e, sobretudo, da inovação necessária para superação dos gargalos que ainda travam o desenvolvimento da nossa economia. Nossa adesão aos termos do Acordo de Paris, tão prontamente ratificado pelo Congresso Nacional, nos coloca na vanguarda mundial dos que não fogem as suas responsabilidades. Fomos ambiciosos em nossos compromissos nacionais. Nos comprometemos a reduzir as emissões em 37 % até 2025 e 43% até 2030, tomando 2005 como base. Para cumprirmos esse compromisso será preciso o firme propósito de reduzir a 0 o desmatamento ilegal, além de restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares. Nossas empresas são capazes de confrontar este desafio. Do governo esperamos eficiência na fiscalização e segurança jurídica na definição dos marcos legais associados a essas atividades. Um compromisso firme de vossa excelência pelo desmatamento ilegal significará muito. Tanto em termos de imagem internacional do Brasil quanto em termos de sinalização interna. Investidores globais condicionam suas decisões cada vez mais na avaliação dos *disclosures* das empresas. Querem saber se as externalidades negativas associadas ao risco ambiental estão contempladas nos custos. O Brasil precisa mostrar ao mundo que sabe cuidar do seu patrimônio ambiental para que não seja prejudicado no acesso a créditos e a fundos. Os recursos disponíveis para o financiamento da economia de baixo carbono cresceram de maneira vertiginosa no mundo todo. Estima-se a necessidade de 3 a 4 trilhões de dólares para financiamento climático nos próximos 15 anos, além das ações ligadas aos fundos públicos que podem chegar a outros 100 bilhões. As oportunidades para as empresas brasileiras são enormes. Somos o país em condições mais favoráveis para atrair esses recursos. As empresas brasileiras que já emitiram os *greens bonds* – títulos verdes – BRF e Suzano e Fibra, tanto internamente quanto no exterior, constataram uma demanda 4 vezes maior do que a oferta com prazos largos de 7 e 10 anos. Os setores prioritários para nos consolidarmos de vez como economia verde são florestas, agricultura e energia. Nossa agricultura tropical sustentável se expande por meio do aumento da produtividade e não pela incorporação de novas áreas. Os agricultores são aliados da sustentabilidade - os maiores interessados em por um fim ao desmatamento ilegal e podemos reafirmar isso até mesmo com o Roberto Rodrigues liderando o GT de agronegócio, que eu participo. A sociedade brasileira, sobretudo as empresas comprometidas com o tema se organizaram em algumas instâncias. Uma delas foi a coalisão Brasil Clima Floresta e Agricultura, que reúne mais de 150 instituições. Uma outra foi a iniciativa de Empresas pelo Clima e vários estudos também que o CEBDS tem desenvolvido, considerando o momento econômico em que estamos, tanto em eficiência energética, quanto em renováveis, florestas e agricultura sustentável. O setor empresarial brasileiro está contribuindo decididamente para que o Brasil se posicione estrategicamente no desenho de uma nova geopolítica global. A mesma percepção acontece no BNDES, que foi o primeiro banco de desenvolvimento a cortar os subsídios para combustíveis fósseis – o que significa importante sinalização não só do Banco, mas do Estado brasileiro. A presença, na última Conferência Internacional do Clima, do ministro do meio ambiente acompanhado do ministro da agricultura foi também uma demonstração contundente de que o Brasil pode mostrar ao mundo que tem clara compreensão do papel que pode desempenhar. Acreditamos que a monetização dos compromissos que nós assumimos de redução de emissão ao lado da precificação de carbono é um caminho de viabilidade para o cumprimento das metas que nós assumimos. A precificação do carbono já não é visto apenas como um instrumento ambiental, mas

também como importante instrumento fiscal, que resulta em aumento substancial de receita e que gera direcionamentos estrangeiros para novas tecnologias em setores como economia, energia e transporte. Ao lado das reformas que visam destravar o processo de crescimento que a economia brasileira conduzida por vossa excelência, é necessário construir uma visão estratégica de longo prazo para que não comprometamos o que foi conquistado. Que a retomada se dê em novas bases e que possamos nos consolidar definitivamente em uma potencia verde.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE MICHEL TEMER (Presidente da República Federativa do Brasil – Presidência da República):** Olha, oportuníssima essa última manifestação da doutora Marina, mas o Sarney Filho me dava uma série de informações. Eu até vou pedir ao Sarney Filho que, em brevíssimas palavras, possa esclarecer pontos muito adequadamente levantados pela doutora Marina.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO SARNEY FILHO:** Desde que entramos no governo O desmatamento estava descontrolado na Amazônia, crescendo. Os órgãos de fiscalização, porque nós sabemos e é importante que todos saibam, que o combate ao desmatamento hoje é feito por comando e controle. Poder de polícia, monitoramento, *online*. Tudo isso estava sem recursos e o desmatamento voltou a crescer nos últimos 2 anos. Tão logo o presidente Temer assumiu o governo nós recompomos todo o orçamento dos órgãos de fiscalização. Conseguimos mais dinheiro ainda pelo fundo da Amazônia e hoje os últimos dados que nós temos: dezembro, janeiro e fevereiro - a curva do desmatamento voltou a cair. Esta é uma grande notícia que eu disse para o presidente e o presidente me deu a honra de dar a notícia em primeira mão aqui. O desmatamento foi revertido e nós vamos cumprir sim, presidente, o nosso Acordo de Paris.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE MICHEL TEMER (Presidente da República Federativa do Brasil – Presidência da República):** Ministro Meirelles, responda as duas questões anteriores, por favor.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES (Ministro da Fazenda):** Pois não, Presidente. Vamos primeiro comentar com relação às duas primeiras sugestões e avaliações, para dizer o seguinte: nós temos uma linha geral, onde estamos trabalhando na mesma direção. Se pensarmos, por exemplo, na questão da exportação, não há dúvida, nós temos uma exportação que é extremamente penalizada no Brasil por várias questões. O custo Brasil, como já falamos. Colocamos esse ponto de forma detalhada e que pode ser, evidentemente, e deve ser, enfrentada durante o correr desse ano, como estamos fazendo. Existe uma complexidade tributária. Não há dúvida. Temos aqui um projeto importante de reforma tributária em início. Isso envolve estados, envolve municípios, envolve governo federal. É um projeto abrangente, mas que está em andamento. Evidentemente que, aquilo que depende exclusivamente do governo federal, a questão do PIS/COFINS, por exemplo, existe já um projeto em andamento, já mencionado pelo Presidente. E teremos aí, dentro de 30 dias, as recomendações apresentadas e, em 60 dias, possivelmente, já o projeto entregue ao Congresso Nacional. Isso como um exemplo, a questão da burocracia na documentação para a exportação. O tempo que se gasta, a dificuldade, não há dúvida, isso é um dado concreto da nossa realidade. Essa é a má notícia. Qual é a boa notícia? A boa notícia é que, pela primeira vez, na realidade, em décadas, estamos enfrentando isso de uma forma vigorosa e direta. A lista de reformas é enorme e existe evidentemente uma questão de

prioridade em tudo aquilo que tem que ser aprovado pelo Congresso. Isso está caminhando. Este ano, por exemplo, temos a questão da terceirização, a reforma, também a trabalhista, tributária e a reforma previdenciária. Portanto, tudo isso é um processo intenso e toda a série de agenda microeconômica que está em andamento. Portanto, não há dúvida, de que em primeiro lugar o Brasil tem uma estrutura complexa, com custos elevados, que cria problemas de competitividade nas exportações, fica dependendo de um câmbio desvalorizado. O que aí envolve dificuldades grandes inclusive de controle. Existiram países que já tentaram controlar o câmbio e isso fracassou por razões diversas, não é? O que nós temos que fazer de forma a aumentar a competitividade do país. Eu sempre brinquei com isso, que uma das formas de resolver via câmbio, se o governo comesse a cometer uma série impressionante de erros, Presidente, nós certamente teríamos uma reação de depreciação da moeda, o que teria alguns benefícios. Mas, na realidade, o que nós temos que fazer é, por exemplo, enfrentar a questão dos juros, que influencia também o câmbio; juros muito elevados, evidentemente, atraem o capital para o investimento no mercado financeiro brasileiro. E isto aí deve ser enfrentado como? Não só enfrentando a questão da inflação e da queda da taxa básica, etc., mas também um outro dado muito importante, os chamados juros estruturais. O que é juro estrutural? É aquele juro que é o juro de equilíbrio da sociedade e da economia, que no Brasil é muito elevado independentemente da política monetária do momento do Banco Central ou de qualquer outro momento. Então, o ajuste fiscal, a estruturação da, digamos, de toda essa série de reformas microeconômicas e tudo isso é a diminuição do risco-país, como está acontecendo. Isso leva a uma queda do juro estrutural do país, o que faz com que isso facilite o trabalho do Banco Central para ir baixando gradualmente a taxa de juros. Em relação à questão da taxa de juros bancária, a taxa de juros que de fato o cliente paga na ponta da linha, isso é outra história., que também estamos enfrentando. Já tem uma série de medidas que eu mencionei nesta direção, mas de novo a nossa previsão é que isso vai ter uma trajetória também cadente que, inclusive, isso será facilitada pela melhora da economia. Que hoje as provisões que os bancos fazem para perda de crédito são cada vez maiores em função da queda da atividade econômica que da piora da situação das empresas. E, agora, nós estamos num processo de reversão. O que eu queria dizer é o seguinte: nós não devemos subestimar a situação em que encontramos o país. Não só a recessão é a maior da nossa história. É a maior desde que se começou a ser medido o PIB brasileiro no início do século passado. É maior que a depressão de 1929/30. Estamos agora conseguindo superar isso, mas pagando ainda o preço. Segundo, nós temos o preço de um longo período onde não se endereçou, não se enfrentou a questão da produtividade, que afeta tudo isso que os senhores colocaram. Quer dizer, no final, nós estamos falando de custo de produzir no Brasil e ser competitivo com o mundo conjugado com estarmos pagando o preço desta recessão enorme que estamos agora conseguindo sair dela. Em resumo, a questão da informalidade também faz parte deste processo. Aquelas companhias que são formais, competitivas e etc. muitas vezes enfrentam uma desvantagem competitiva. Não há dúvida. Mas isso está sendo resolvido, de novo, pela simplificação tributária, pelo fato de que facilitando-se esse trabalho, de regularização tributária, inclusive nós vamos cada vez mais trazer a formalidade para o mercado de trabalho, o que inclusive vai facilitar também a fiscalização da informalidade. Em resumo, é uma agenda intensa de trabalho, que tudo em última análise se conjuga para a maior capacidade do país de crescer a taxas mais elevadas e, em última análise, ser mais competitivo e gerar mais empregos. Portanto, é uma agenda extensa, mas eu gostaria, inclusive, de receber essas informações específicas para que nós possamos ter uma discussão direta de cada um desses pontos. Mas

eu gostaria de dizer que nós estamos basicamente trabalhando exatamente na mesma linha que é aumentar a competitividade do Brasil, baixar esse custo, essa complexidade toda que foi descrita, e, evidentemente, começando a olhar para frente, e ver que de fato nós temos uma possibilidade de terminar este ano com um crescimento já robusto e entrando no ano de 2018 já numa situação completamente diferente da que estamos vivendo agora. É isso.

**SRA. PATRICIA AUDI (Secretária da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social):** Agora, passamos a palavra para a conselheira Anna Chiesa.

**CONSELHEIRA ANNA CHIESA:** É uma honra falar na reunião e poder celebrar o primeiro ano da Lei 13.257 (2016), marco legal da primeira infância, e sua implantação, considerada conquista importante de pessoas e setores mobilizados da sociedade civil, legislativo federal e de outras instâncias na busca de soluções para problemas complexos baseados em fundamentação científica. A elaboração e a aprovação do marco legal contaram com participação suprapartidária entre 2014 e o início de 2016, sendo aprovada com unanimidade nas duas casas legislativas; portanto, podendo-se entender como importante energia mobilizadora para o horizonte de uma sociedade mais justa e equânime e uma referência indispensável para este Conselho. Existe a necessidade de abarcar nas discussões o desenvolvimento social. O marco legal está estruturado numa lei com 43 artigos, que instrumentaliza a ação do país nas esferas da União, Estados e Municípios para garantir os direitos das crianças de até 6 anos de idade; especifica disposições legais ampliando o estatuto da criança e do adolescente na idade mais decisiva da formação humana que é a primeira infância. Trata-se de uma lei que instrumentaliza o Poder Público para ações diversas. Na saúde, ao assegurar a qualidade do pré-natal, parto humanizado, seguimento do puerpério e da puericultura com uso da caderneta da criança, no incentivo ao aleitamento materno, atuando nas famílias para fortalecer os vínculos dos bebês com os adultos. Também, modifica aspectos tanto do Código Penal quanto da CLT. Na educação, ao determinar a expansão da educação infantil com qualidade, ampliação de espaços lúdicos e a formação de professores para a educação infantil. Na assistência e desenvolvimento social, ao prever que atuem em conjunto com a saúde em processos de entrega de bebês para adoção, na atuação do Programa Família Acolhedora e no Programa de Atenção Integral da Família. O Programa Criança Feliz, de visita domiciliar para as famílias assistidas nos programas de transferência de renda, é uma aplicação prática de uma linha de ação determinada pelo marco legal da primeira infância, focado nas famílias e crianças em situação de maior vulnerabilidade e risco no seu desenvolvimento. O marco legal não se baseia somente em novas ações, mas melhorar as ações a partir dos ativos que já existem e em novas formas de disponibilizar ações já consagradas para que possam produzir resultados melhores no fortalecimento das competências familiares e das instituições públicas para o cuidado integral no começo da vida. O desafio colocado para essas novas atuações que é a ação intersetorial com foco na família, respeitando e valorizando a diversidade cultural e atuando com equidade para situações complexas. A necessidade de se adotar a primeira infância como prioridade absoluta é reconhecida internacionalmente. O documentário “Começo da Vida” fornece elementos para compreender porque a primeira infância deve ser a prioridade de qualquer sociedade que quiser superar desigualdades e construir processos civilizatórios mais equitativos e justos. A ciência conta com evidências robustas e incontestáveis de que o ambiente e o tipo de cuidado recebido desde a gestação e durante os primeiros anos de vida são decisivos para o desenvolvimento da estrutura



neurológica conectada pela rápida formação de sinapses que constroem as bases para o desenvolvimento cognitivo, emocional e relacional para toda a vida. As descobertas científicas foram fundamentais, como, por exemplo, a do professor James Heckman, prêmio Nobel em economia em 2000, que desenhou a curva da taxa do retorno do investimento da educação ao longo da vida e demonstrou a possibilidade de retorno próximo de 7 vezes do investimento feito antes dos 6 anos. Ademais, reforçou que o desafio de adotar medidas para capilarizar a compreensão conceitual e aplicação prática desta lei é de todos.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE MICHEL TEMER (Presidente da República Federativa do Brasil – Presidência da República):** Olha, nós queremos agradecer a conselheira Anna Chiesa e eu quero também agradecer ao trabalho que os senhores fazem. É um trabalho concreto, palpável, que vai produzindo efeitos imediatamente. E como não há democracia sem diálogo, esse Conselho é uma das ferramentas mais eficazes de que nós dispomos para fazer esse diálogo sempre muito oportuno e muito produtivo. Portanto, quero reiterar a importância que o governo atribui a este foro. E, naturalmente, agradecer, apenhoradamente, o auxílio que os senhores têm dado ao governo com as suas sugestões. Portanto, ao encerrar esse encontro, agradecendo ao presidente Rodrigo Maia, aos demais ministros, à Patricia Audi, que se dedicou intensamente a esta organização. Se os senhores não se opuserem, eu vou pedir que fiquem sentados um minutinho porque eu gostaria de encerrar, mas gostaria de passar, cumprimentar um por um. Acho que mais cinco minutos eu farei, se não se opuserem. Declaro encerrada a sessão e me levanto para cumprimentá-los. Muito obrigado.